

Jornada de luta no campo continua

pág. 8



EXECUTIVA NACIONAL PT

Especial O Projeto de Educação do GP

Encarte

DN REGISTRA TENDÊNCIAS INTERNAS

Cumprindo resoluções tiradas de Encontros e culminando um debate de vários anos sobre o funcionamento da democracia interna no Partido, o Diretório Nacional registrou a existência oficial dentro do PT de dez tendências políticas. A Causa Operária foi o único agrupamento político que militava no PT que não teve seu pedido de registro aceito pelo DN. páginas 6 e 7.

BOLETIM NACIONAL MUDOU

O PT precisa estruturar todo um trabalho de comunicação interna. A nova Executiva Nacional está disposta a enfrentar esse desafio. E o trabalho já começou a partir da reestruturação do Boletim Nacional que você está recebendo hoje. É esse o assunto do Editorial desta edição. página 2.

PT DEFINE POSIÇÃO SOBRE O IRAQUE

Repudiar a violência de Saddam Hussein e reprovar atitude de algumas potências que se avocam o direito de exercer o papel de polícia internacional, é a opinião definida pela CEN sobre a crise no Iraque. página 11

ELEIÇÕES



CEN convoca OFENSIVA DOS 30 DIAS

Reunida em São Paulo, um mês antes das eleições de 3 de outubro, a Comissão Executiva Nacional (CEN) do Partido dos Trabalhadores fez um balanço dos trabalhos eleitorais a nível nacional e decidiu convocar um ofensiva geral em todo o país com vistas às próximas eleições. Segundo a Executiva, nossa propaganda precisa insistir mais em pontos fundamentais como as conseqüências para o eleitor do arrocho e da recessão impostos ao país por Collor, traduzindo-os para a realidade de cada Estado. É preciso, também, reafirmar a Executiva defender as realizações do PT em suas prefeituras, mostrando que nosso Partido é realmente diferente de todos os demais. Veja as orientações da CEN nas páginas 3 e 4.

ENCONTRO DE PARTIDOS E ORGANIZAÇÕES LATINO AMERICANOS

Com a presença de 53 partidos e frentes de esquerda de 14 países Latino-americanos realizou-se no início de julho em São Paulo, patrocinado pelo PT, um encontro inédito na história dos movimentos políticos do continente. página 10

SETEMBRO É MÊS DA PRIMAVERA

Se a greves que estão sendo deflagradas jogarem o país num clima de terrorismo, num verdadeiro "setembro negro", a responsabilidade é do governo, com sua atitude de provocação contra os trabalhadores através da recessão, e do desemprego que está gerando com sua política econômica. O alerta é do secretário de política sindical da CUT, José Olivio Miranda de Oliveira, que em entrevista ao BN iniu o mês de setembro como mês da primavera, mês em que a natureza refloresce. Última página.

Plenária de Movimentos Populares

pág. 9

Editorial

Boletim Nacional altera edição

A idéia é torná-lo mais oficial, mais concentrado na comunicação oficial do DN com as bases.

O Boletim Nacional do PT mudou. A partir desta edição, a de número 52, o BN vai tornar-se um instrumento claramente definido como destinado a comunicar ao Partido as orientações e opiniões do Diretório Nacional, que agora volta a ser presidido pelo companheiro Lula. A decisão foi tomada pela Executiva Nacional, em sua reunião de 1º de setembro.

A nova orientação do BN foi proposta pelo coletivo da Secretaria de Comunicação do PT. A idéia da mudança parte de dois pressupostos básicos: o primeiro é o da necessidade de um instrumento de comunicação eficiente do Diretório Nacional com o Partido; o segundo é a constatação ampla e unânime de que o Boletim Nacional vinha sofrendo um desgaste profundo como instrumento partidário, perdendo leitores e deixando de ter qualquer papel dentro de uma política de comunicação interna do PT.

A idéia de se propor a cumprir um papel de instrumento de comunicação da Direção Nacional com as suas bases partidárias, jamais foi abandonada pelo BN em seus quase 7 anos de existência. Nesse tempo o BN mudou de cara algumas vezes, passou de duplo ofício a tablóide, mudou seu logotipo, mas sempre cumpriu a função de comunicação interna do Partido.

O PT cresceu rapidamente nesses 10 anos ganhando uma dimensão que em alguns momentos chegou a assombrar seus próprios dirigentes. Esse crescimento foi atropelando os projetos e planos de comunicação interna muitas vezes votados e aprovados pelo Diretório Nacional. É o caso do projeto de Jornal do PT, que até hoje não saiu do papel.

A falta desse jornal, sua necessidade imperiosa, tem influido sobre a orientação editorial do BN, levando-o, sistematicamente, a ocupar esse espaço. Sem estrutura adequada, sem condições de funcionar como jornal, ainda

que interno, o BN acabou assumindo um caráter híbrido, acabou por praticar um editorial fraco, responsável pelo desinteresse do público petista pelo seu destino.

E isso virou uma bola de neve. O BN não cumpriu a periodicidade necessária e acabou comprometendo sua sustentação econômica. Seus assinantes, cada vez mais raros, atualmente somam cerca de 3.500. Os Diretórios Municipais, cerca de 2 mil, começaram a não dar retorno das vendas e foram sendo sistematicamente cortados na distribuição, restando hoje pouco mais de 230 diretórios recebendo o BN.

A nova Executiva Nacional, resultado da renovação da Direção Nacional do PT, ocorrida em julho, pretende de imediato revitalizar a comunicação partidária num processo que deve culminar em 1991 com o lançamento do Jornal do PT. O primeiro passo é esta reestruturação do BN, que começa nesta edição pela mudança do caráter de seu editorial. Ele deixa suas indefinições para tentar concentrar seu ângulo de interesse na comunicação ao Partido das decisões e orientações da Direção Nacional.

O leitor vai sentir uma carga maior de textos e documentos partidários, resumos de opiniões bem como manifestações mais frequentes das secretarias e secretários. As mudanças devem continuar e atingir até a cara do jornal. Mas, por enquanto, as providências concretas são três, fundamentalmente: garantir uma periodicidade mensal rigorosa, sagrada; cobrar as dívidas dos Diretórios Municipais e Estaduais para com o BN, que somam cerca de Cr\$1,5 milhões; e, finalmente, recompor seu quadro de assinantes. O primeiro passo já foi dado: a Executiva tornou compulsório para todos os membros do Diretório Nacional, Regionais, Municipais e parlamentares a assinatura do BN.

Cartas

Com razão

Prezados Senhores:
Peço o especial favor de remeterem os exemplares do Boletim Nacional do PT relativos a junho/julho/agosto/90 respectivamente, n.ºs. 51, 52 e 53, os quais, até o presente não recebi.

Lamento e estranho bastante que embora seja eu assinante há 2 anos deste conceituado Boletim, haja tamanho atraso na remessa ao assinante.

Tanto é verdade, que há quase um ano atrás eu tenho que escrever aos senhores pedindo a remessa, pois caso contrário, não recebo o Boletim Nacional.

Espero providência urgente.

Aníbal da Rosa Gomes Filho (RS)

Sugestão

Prezado amigo:
Lendo o Boletim Nacional do PT noto que muitas vezes os artigos são massantes, muito densos, sem atratividade para os nossos queridos filiados e simpatizantes. Trabalhando com jornal de comunidade aprendi que para o povo a comunicação deve ser simples, curta e bem sintetizada. Também obtive uma experiência no sentido de tornar os textos mais atrativos, simplesmente fazendo um inter-título a cada dois ou três parágrafos (estes também são muito longos). (...)

Dante Bonin (SC)

BN - As reclamações nas cartas são procedentes e refletem o quadro dramático do BN relatado no



Órgão da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores.
Av. 11 de Junho, 260 - CEP 04041 - São Paulo - SP -
Fone: (011) 575-2299
Secret. de Comunicação:
João Machado

Edição: Celso Horta
Secretária de Redação:
Marisa Lourenço
Colaboradores:
Marília Boschetto e Márcia Milanesio
Editoração Eletrônica:
Página Laser
Fotolito e Impressão: Cia. Joruês

Agora você pode e deve! ASSINE O BN

Para fazer sua assinatura envie este cupom juntamente com o cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores - Av. 11 de junho, 260 - CEP 04041 - São Paulo - SP - Departamento de Circulação.

BOLETIM NACIONAL

12 EDIÇÕES

10 BTN'S (do mês)

Nome: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Aos Diretórios devedores e leitores com assinatura vencida, pedimos que regularizem sua situação e renovem suas assinaturas.

Eleições

DN CONVOCA OFENSIVA GERAL DOS 30 DIAS

É possível melhorar mais o desempenho eleitoral do Partido este ano. Com esse objetivo, a Executiva Nacional do PT, reunida dia 1º de setembro na sede do Diretório Nacional em São Paulo, resolveu convocar os diretórios regionais, a militância partidária, bem como seus candidatos proporcionais e majoritários a sustentarem uma ofensiva geral nos 30 dias que antecedem as eleições.

Para Cezar Alvarez, secretário de organização e coordenador da Comissão Eleitoral Nacional, com as iniciativas aprovadas para a ofensiva dos 30 dias "será possível recuperar patamares eleitorais históricos conquistados" em estados como Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo. Ainda no início de setembro, pesquisas divulgadas nesses estados previam resultados eleitorais inferiores para nossos candidatos.

Na avaliação da Comissão Executiva Nacional (CEN) a ofensiva decretada dia 1º vai também garantir a ida para o segundo turno dos nossos candidatos ao governo do Acre, Amazonas, Amapá e Rio de Janeiro, estados em que nossa legenda já ocupa os segundos lugares nas pesquisas. Segundo o companheiro Alvarez, ainda é possível fortalecer as campanhas "já bem desenvolvidas" do Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Pará, Sergipe, Ceará, Maranhão, Goiás e Distrito Federal.

Em relação aos estados de Pernambuco e Bahia, Alagoas, Paraíba e Roraima a Comissão Eleitoral do Diretório Nacional pretende acompanhar com especial atenção o desenvolvimento do quadro político regional, de forma a colaborar na solução das dificuldades vividas em cada um desses estados.

A idéia central da ofensiva proposta pela CEN, é que será possível melhorar o desempenho eleitoral do PT em todo o país, a partir de concentrar nossa propaganda para explicar ao eleitorado o que significa concretamente a política recessiva do Governo Collor, com seus reflexos regionais e estaduais, identificando-os com seus representantes locais."

Para exemplificar o ponto de vista da direção partidária, o companheiro Alvarez mostra como o discurso do PT deve tratar o Pacote Agrícola baixado por Collor em agosto, analisando particularmente sua importância para o Nordeste do país. Para a região, Collor garante preços mínimos apenas para cinco ou seis produtos, a maioria explorada pela grande empresa agroindustrial, deixando o pequeno e médio produtor rural à margem do crédito, sujeito à instabilidade de preços.

A médio prazo, prevê o companheiro Alvarez, a política do Pacote Agrícola de Collor significará quebra do pequeno e médio produtor, concentração da propriedade rural, êxodo rural e desemprego. Para a CEN a proposta política partidária tem que tratar cada assunto como esse detalhadamente.

Ou seja, é preciso particularizar a crítica nos grandes temas como salário, recessão, saúde, educação. E, a partir daí é que se identifica o projeto global de Collor. Em seguida - continua Alvarez - é preciso revelar ao eleitor as implicações dessas políticas em seus estados, mostrando quem é quem e suas responsabilidades por essas políticas anti-populares.

A questão do reajuste salarial é outro ponto que deve merecer a atenção dos nossos candidatos. O PT deve mostrar não apenas as perdas dos trabalhadores, mas também a política de arrocho total representada pela manutenção

do veto sobre a lei salarial nº 199, aprovada pelo Congresso e vetada por Collor. O Partido, segundo o companheiro Alvarez, precisa insistir mais nessa denúncia mostrando a inconstitucionalidade da Medida Provisória 211.

Subsídios para esse trabalho de esclarecimento do eleitorado vão ser produzidos pela CEN nesse início de setembro e distribuídos a todos os regionais. Eles serão reunidos pela Comissão Eleitoral a partir de trabalhos realizados pelas equipes do Governo Paralelo.

Plebiscito

Essa orientação da política eleitoral partidária está baseada na avaliação do caráter plebiscitário das eleições deste ano. A CEN acredita que se esse discurso se afirmar a nível nacional, o PT terá condições para retomar e polarizar pelo menos 25% dos brasileiros que estão claramente na oposição ao governo Collor.

Mas é preciso considerar também, segundo o secretário de organização do PT, que esta campanha não é como a de 90, centralizada em um companheiro como o Lula. Agora, em cada estado há suas particularidades, seus regionalismos que também acabam dificultando a condução e o desempenho eleitoral partidário, a nível nacional.

Outro fator que dificulta a campanha petista este ano é o desencanto da população com a atividade eleitoral. Esse sentimento foi muito bem explorado pelas classes dominantes. Elas querem fazer crer ao eleitorado que todos os políticos são iguais, que as coisas não vão mudar. Isso exige também do PT redobrar seus esforços para mostrar que nossos candidatos são diferentes.

Isso não é difícil segundo o companheiro Alvarez. Basta lembrar a prática de nossas bancadas parlamentares nos



Uma camiseta e um balão, são as lembranças que os "Malufs" deixam para o eleitorado todo ano de eleições.

últimos quatro anos. "Temos que mostrar ao eleitorado que não há uma só câmara municipal onde petistas tenham assento que já não tenha testemunhado a disposição de nossos parlamentares de combater a corrupção, o nepotismo, os privilégios da previdência parlamentar".

O candidato ao senado por São Paulo, Eduardo Suplicy tem demonstrado na presidência da Câmara dos Vereadores da Capital que os verdadeiros caçadores de marajás, os verdadeiros inimigos da corrupção, das mordomias, dos privilégios estão no PT. O PT tem sido intransigente na questão da previdência dos parlamentares e tem conseguido vitórias em várias câmaras, como a de São Paulo, Acre, Rio Branco etc.

Temos que mostrar também - lembra Alvarez - que fomos nós do PT os principais fiscais dos executivos em todo o País. Isso comprova que nosso Partido não tem rabo preso com ninguém, com nenhum poderoso, com nenhuma empresa, como acontece em geral com os candidatos dos demais partidos.

Colar nas lutas sociais

Outra grande linha política aprovada pela CEN é a necessidade de fazer com que nossas campanhas eleitorais fiquem coladas nas lutas sociais, que prometem intensificar-se neste mês de setembro. É preciso também, desde já, anteciper-se às manobras que

o governo seguramente tentará no sentido de responsabilizar os trabalhadores e suas organizações políticas e sindicais pelas possíveis radicalizações que essas lutas vierem a assumir.

"Mais uma vez o governo vai tentar jogar as lutas na marginalidade, acusando-as de anti-patrióticas, de irrealistas, de corporativas. É preciso, por outro lado, denunciar as medidas provocativas que serão adotadas pelo governo, a exemplo do blackout do final de agosto em Brasília". Para o secretário de organização do PT o governo sempre tentou jogar os eletricitários contra a população, e desta vez, a coisa não foi diferente.

A falta de luz em Brasília só pode ser resultado da tentativa do governo de desviar a atenção da opinião pública dos seus parlamentares, enquanto eles trafam o voto popular ao confirmarem o veto presidencial à lei que estabelecia reajustes automáticos para os salários.

Esse processo de colar as campanhas às lutas sociais também permitirá ao PT identificar os candidatos que prometem mundos e fundos em seus comícios, mas que são incapazes de acompanhar e manter solidariedade e compromissos com essas lutas. Isso também é desvendar a farsa da propaganda eleitoral de muitos candidatos.

Eleições

Derrotar a recessão também nas urnas

Não é apenas um quadro eleitoral que está em questão na análise de conjuntura feita pelo PT atualmente. Não se trata de analisar isoladamente o processo eleitoral em curso. Nossa avaliação de conjuntura se sustenta acima de tudo numa avaliação do governo Collor, de suas políticas anti-sociais, e, mais que isso, no conjunto de seu projeto elitista que vai muito além do processo eleitoral.

O Partido entende que suas propostas para a ofensiva dos 30 dias são parte da resistência que o movimento popular e sindical sustentam hoje contra a recessão e o desemprego. A avaliação que a CEN faz hoje é a de que esses fenômenos sociais seriam hoje muito mais graves não fosse a mobilização sindical, popular e eleitoral.

Para o PT, o governo já começa a perceber o descontrole da inflação, e

tenta encontrar um bode-expiatório na CUT e no movimento social organizado para responsabilizá-lo pelos insucessos de sua ofensiva anti-inflacionária. Para isso ele está chamando a CUT para celebrar um pacto social, onde apenas os trabalhadores devem contribuir no acerto de contas.

Diante da natural negativa da CUT, eles tentarão responsabilizá-la, a acusarão de intransigência por não aceitarem sentar-se para negociar, quando só seria possível pensar em sentar à mesa se o governo previamente admitisse discutir reposição das perdas passadas e retirada da MP 211. Pacto social, no entendimento do PT, é mais uma vez apenas uma jogada eleitoral destinada a carregar a crise até as eleições.

Vamos mostrar quem são nossos deputados

O PT tem 41 deputados estaduais em 13 Estados. Veja algumas coisas que eles estão fazendo em relação às secretarias e à previdência parlamentar.

Bahia (2 deputados)

- Apresentamos projeto para vincular os salários dos deputados ao do funcionalismo - o salário de deputado é 40 vezes superior ao menor salário do funcionalismo (foi derrotado pelo plenário da AL).

- Apresentamos projeto proibindo transferência de recurso público estadual para carteira de previdência parlamentar (derrotado no plenário).

- Defesa do não pagamento de jetons e extraordinários (derrotado no plenário, mas os deputados petistas devolvem o excedente para fóruns representativos da sociedade civil, CUT, FETAG, Comissão de Justiça e Paz, ABI e OAB)

Ceará (2 deputados)

- Na Constituinte Estadual, defendemos vinculação do reajuste dos deputados ao do funcionalismo (derrotado).

Goiás (2 deputados)

- A carteira de previdência dos parlamentares foi extinta em novembro de 1987, com a participação ativa da bancada petista (apesar de o projeto não ser de nossa autoria).

- A bancada petista fornece mensalmente a declaração de rendimentos para a imprensa.

Minas Gerais (5 deputados)

- Apresentou emenda na Constituinte Estadual defendendo a vinculação do

salário dos deputados com o do funcionalismo (derrotado).

- A bancada está elaborando projeto para a extinção da carteira de previdência.

Pará (3 deputados)

- Em meados de agosto, a bancada estadual petista ganhou sentença favorável na Ação Popular movida contra a AL devido a aumentos dos deputados através de verba indireta. Todos os deputados estão obrigados a devolver o excedente.

Paraná (1 deputado)

- Apresentou projeto na Constituinte Estadual defendendo que o salário dos deputados não ultrapassasse 40 salários mínimos (derrotado).

- Apresentou projeto proibindo repasse de recurso público para a carteira parlamentar (derrotado).

São Paulo (10 deputados)

- Projeto petista que atrela reajuste do salário dos deputados com o do funcionalismo (aprovado pelo plenário em novembro de 1988).

Rio Grande do Sul (4 deputados)

- A bancada petista devolveu toda a remuneração correspondente a sessões extraordinárias de janeiro e julho (total atualizado Cr\$ 6.443.958,90).

- PT moveu uma Ação Popular pela extinção do fundo de previdência - a liminar foi favorável e o depósito desses recursos está sendo feito em juízo

- A bancada também está devolvendo todos os rendimentos referentes a verba de representação.



DRs. RECEBEM MAIS VÍDEOS

Uma terceira gravação de videotape será remetida brevemente pelo Diretório Nacional aos diretórios estaduais para apoiar as campanhas eleitorais regionais. Para essa terceira fita a ser distribuída para todo o país, a CEN pautou entrevistas e documentos que já refletem sua orientação geral para a ofensiva dos 30 dias.

Depoimentos dos prefeitos petistas, Luiza Erundina, Olívio Dutra, Victor Buaijs, entrevistas com Jair Meneghelli sobre política salarial devem fortalecer a argumentação dos programas eleitorais do PT no sentido de demonstrar a importância de se eleger candidatos comprometidos e identificados com as lutas

o trabalho das bancadas do PT para moralizar o legislativo, o companheiro Gushiken destacará o papel fiscalizador das bancadas do PT contra o executivo, exemplificando com a denúncia de privilegiamento da Agência Setembro, o companheiro Eduardo Jorge abordará a questão da saúde, Genoíno a defesa dos movimentos sociais e o candidato ao senado por São Paulo, Eduardo Suplicy vai mostrar quem são os reais caçadores de marajás.

Nas duas fitas cassetes produzidas anteriormente pelo DN foram remetidos aos regionais as vinhetas da "Rede Povo", gravação de Lula abrindo a campanha, falando sobre

O QUE FAZER ATÉ 4 DE OUTUBRO

As orientações para a ofensiva dos 30 dias que a Comissão Executiva Nacional está baixando aos candidatos e diretórios regionais é resumida nos seguintes pontos:

1. Na propaganda eleitoral do PT analisar detalhadamente as políticas sociais do governo Collor, identificando suas consequências sobre a vida do eleitor e os aliados políticos do "marajá das Alagoas" em cada local.

2. Intensificar as mensagens institucionais em defesa da identidade política diferenciada do PT, como partido democrático, comprometido com a verdade, com os interesses populares e com a lisura no tratamento das coisas públicas.

3. Divulgar realizações de nossos prefeitos mostrando que estão anos adiante dos prefeitos dos demais partidos.

Governo Paralelo

OS PRIMEIROS PASSOS

Perseu Abramo

O Governo Paralelo começa a dar seus primeiros passos. Proposto pelo Partido dos Trabalhadores, mas constituindo-se desde o nascimento numa instituição ampla de caráter interpartidário, o Governo Paralelo é uma experiência inédita na vida política brasileira. Basicamente, o Governo Paralelo reúne, sob a liderança de Lula, expressões significativas do mundo político, sindical e acadêmico para acompanhar criticamente o Governo Collor, formular propostas alternativas às políticas oficiais e sensibilizar a opinião pública para a luta por um projeto democrático e popular para o Brasil.

Os idealizadores e colaboradores do Governo Paralelo têm consciência das dificuldades da empreitada. Num regime presidencialista como o do Brasil, um "gabinete-sombra" fora do Parlamento certamente tem melhores oportunidades de apresentar e debater suas propostas alternativas. Mas o Governo Paralelo procurará superar esse entrave pela voz dos parlamentares do PT e de partidos cujos membros o compõem, como já é o caso do PDT e do PSB, além de outras iniciativas de debate público, como reuniões e seminários.

Além disso, a prática partidária no Brasil tem sido a de restringir a luta política à disputa por postos no plano institucional. Não é hábito dos partidos conservadores e liberais fazer, explicitamente, a disputa aberta de teses e idéias, geralmente reservada às entidades da sociedade civil que representam os interesses da classe dominante, entre as quais os meios de comunicação. O PT, desde suas origens, sempre procurou colocar a disputa de nomes com a de propostas, e combinar a luta institucional com a popular e sindical; essa tem sido, aliás, uma das características diferenciadoras do PT. Agora, a criação do Governo Paralelo significa um salto de qualidade, constituindo-se como um mecanismo de concentração da luta política e ideológica, mesmo quando desvinculada da disputa de nomes e posições.

Questões metodológicas

Uma das marcas do Governo Paralelo é a de que suas

propostas devem ser viáveis. O Governo Paralelo não se restringe a criticar a política do Governo Collor: tem de demonstrar o que seria capaz de fazer se estivesse no Poder. E de apontar com precisão os limites estruturais e institucionais que dificultam ou impedem a aplicação das propostas corretas, indicando de que forma devem ser removidos esses obstáculos.

Essa vocação pragmática do Governo Paralelo traz-lhe enormes responsabilidades. Não se trata mais, apenas, de denunciar o que está errado. Mas sim de propor a coisa certa e, principalmente, de como fazê-la, o que implica em dizer quais os setores da população que precisam ser mobilizados para fazer valer seus interesses e suas vontades. Nesse sentido, o Governo Paralelo não é, definitivamente, uma entidade tecno-burocrática, e sim uma instituição política com a vocação de Poder e preparada para governar.

É por isso que boa parte das atividades iniciais do Governo Paralelo tem se concentrado acertadamente na construção de uma metodologia de planejamento governamental. Inicialmente, os coordenadores arrolaram os cinco principais problemas de suas respectivas áreas. Decompostos e reagrupados, esses problemas deram origem a uma grade matriz constituída de cinco grandes temas: pobreza, organização do Estado, privatização, desenvolvimento, sociedade civil; em seguida, os problemas foram classificados em conjunturais ou emergenciais e estruturais ou de médio e longo prazos.

Primeiras prioridades

A partir dessa grade, o Governo Paralelo definiu as primeiras prioridades de trabalho: política salarial, produção de alimentos básicos e reforma agrária, educação e saúde.

Atualmente, o Governo Paralelo está analisando cada tema e cada problema para chegar a outras definições operacionais imprescindíveis a um correto planejamento governamental. A primeira fase dessa tarefa metodológica é a identificação, descrição e caracterização corretas e rigorosas dos problemas, sempre sob a ótica dos diversos setores sociais que por eles são diferenciadamente afetados.

Essa fase implica na decomposição do problema em indicadores que evidenciem de forma clara sua existência, e na busca dos fatores e das normas institucionais e psicossociais que condicionam, alimentam e realimentam esses problemas.

A segunda fase consiste na identificação dos nós críticos, isto é, das causas que, sob uma ação política transformadora, podem eliminar ou atenuar o problema, bem como da indicação das medidas necessárias para realizar com êxito esses objetivos.

Propostas políticas

O Governo Paralelo não tem se limitado ao estudo metodológico do planejamento governamental. Começando a aplicação dessa metodologia, tem procurado atacar os pontos prioritários e emergenciais e, nesse sentido, já produziu propostas para as áreas de educação, saúde e política salarial.

São ainda propostas que podem receber novas contribuições do PT, dos demais partidos e dos setores organizados da sociedade civil, mas que já constituem as primeiras respostas concretas à política desenvolvida por Collor nessas áreas.

Estão em elaboração propostas semelhantes nas áreas da produção de alimentos básicos e de reforma agrária, energia, cultura e reforma administrativa, bem como uma análise da atuação do Governo Collor no plano institucional, particularmente no atual conflito do Oriente Médio.

Entrosamento

O Governo Paralelo também tem procurado adequar o entrosamento de suas tarefas com atividades semelhantes desenvolvidas pelo PT e por outros partidos integrantes, bem como com entidades do movimento popular e sindical.

Mas o relacionamento entre Governo Paralelo e outras instituições é um campo que ainda está em aberto, dado o caráter inédito da iniciativa, e que será progressivamente preenchido pela criatividade e pelo diálogo franco e fraterno.

Já existe um intercâmbio de informações entre o Governo Paralelo e instâncias do PT, mas outras formas de entrosamento, como seminários, reuniões conjuntas e consultas recíprocas, devem ser intensificadas a partir de agora.

DOCUMENTO DE INSTALAÇÃO

"É chegado o momento de elevar a luta da oposição democrática no Brasil a um novo patamar, ousando propor à Nação a inédita contribuição de um Governo Paralelo.

A constituição desse novo instrumento de ação política tem uma história de grandes mobilizações e fortes justificativas.

Já na Assembléia Nacional Constituinte, defendemos a eleição majoritária em dois turnos, como forma de aperfeiçoamento da democracia. Saímos fortalecidos do processo eleitoral de 1989, quando apresentamos um programa de governo que conquistou 31 milhões de votos em favor dos verdadeiros interesses nacionais e da causa da democracia.

A unificação, no segundo turno, de todos os partidos, setores e personalidades progressistas, compoem um arco de forças de amplitude nunca vista na história dos que lutam por uma sociedade justa neste país, não poderia terminar no dia da eleição. O Governo Paralelo nasce como forma de continuar a grande mobilização do segundo turno, reafirmando as teses referendadas por quase metade do eleitorado. É uma contribuição superior ao aperfeiçoamento do processo democrático, mostrando que a verdadeira política não se limita a uma disputa eleitoral, mas avança na discussão de projetos e idéias que continuamente são expostos à população.

Democracia é muito mais que eleger dirigentes e parlamentares. Ela é também prática cotidiana de poder, exercido pelas parcelas organizadas da população. Assim

como as elites dominantes têm sabido influenciar todas as medidas do novo governo, a oposição democrática e popular precisa reforçar seus mecanismos de ação.

Neste sentido, o Governo Paralelo é uma instância de poder, pois responde ao sufrágio de milhões de brasileiros. Ele se apóia nas forças organizadas do povo, a partir dos partidos, sindicatos, organizações da sociedade civil, pequenos empresários, pequenos produtores agrícolas, intelectuais, comunidades, igrejas e movimentos setoriais. Ele se fortalece pelo propósito de discutir um projeto alternativo para o Brasil, provando, em cada ramo concreto, que é possível e viável desenvolver um outro tipo de modelo econômico, político e social neste País. Ele se alimenta da contribuição de equipes de trabalho que são constituídas pelo que há de mais representativo, competente e comprometido nas diversas áreas de pensamento e ação. Abre-se para as opiniões, demandas e sugestões de todos os que se interessam pelo futuro soberano da Nação.

Além de exercer um diálogo permanente com a sociedade, expressando articuladamente suas proposições, será também papel do Governo Paralelo denunciar todas as ações de governo e de forças internas ou externas que atentem contra os interesses maiores do nosso povo (...).

Brasília, 15 de julho de 1990.

Extrato do Documento de Instalação do Governo Paralelo

COORDENADORES DE ÁREA

CULTURA: ANTÔNIO CÂNDIDO DE MELLO E SOUZA

MEIO AMBIENTE: AZIZ NACIB AB'SABER

DEFESA DA CIDADANIA E COMBATE ÀS DISCRIMINAÇÕES: BENEDITA DA SILVA (Bené)

RELAÇÕES EXTERIORES: CARLOS NELSON COUTINHO

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: CRISTÓVAM RICARDO BUARQUE

AGRICULTURA: JOSÉ GOMES DA SILVA

SAÚDE: JOSÉ LEÔNIO DE ANDRADE FEITOSA

REFORMA CONSTITUCIONAL: JOSÉ PAULO BISOL

ENERGIA E MINERAÇÃO: LUÍS CARLOS DE MENEZES

CIÊNCIA E TECNOLOGIA: LUIZ PINGUELLI ROSA

COMUNICAÇÕES: MARIA CRISTINA DE LIMA TAVARES

JUSTIÇA: MÁRCIO THOMAZ BASTOS

TRABALHO E PREVIDÊNCIA: PAULO RENATO PAIM

ECONOMIA: WALTER BARELLI

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: FRANCISCO MARIA CAVALCANTI DE OLIVEIRA

REFORMA DO ESTADO: ADEMAR K. SATO

Direito de Tendência

Um Partido Pluralista

João Machado

A questão do direito de tendência está presente no PT desde o seu início. Já a Carta de Princípios de 1º de maio de 1979, ainda na fase do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, e que foi o primeiro documento programático do Partido, dizia: "um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem de ser ele próprio democrático nas relações que se estabelecem no seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias expressarem seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências, ressaltando apenas que as inscrições serão individuais".

De fato, o PT se formou com correntes internas de vários tipos, mais ou menos organizadas. Várias organizações de esquerda, inclusive, somaram-se à sua construção. Algumas se dissolveram depois; outras se mantiveram, com diversas visões. Havia as que viam no PT o caminho estratégico para a construção de um partido revolucionário de massas no Brasil, as que entendiam que o PT deveria cumprir o papel de uma frente ou de um "partido institucional", e as que viam na participação no PT muito mais um expediente tático para chegar aos trabalhadores e para acumular força para seus próprios projetos. Isto deu origem a muitas discussões já nos primeiros anos de vida do PT.

Articulação

A partir de 1983, com o lançamento do "Manifesto dos 113", começou a formar-se a tendência majoritária, hoje chamada de "Articulação", em torno sobretudo da definição da construção do PT como partido estratégico. A partir daí, o debate sobre como deveria funcionar o direito das minorias, o direito de organização de tendências no partido, sobre a forma de eleger as direções, ganhou um novo colorido.

As correntes minoritárias, na sua maioria, defendiam a ampliação da democracia interna até a eleição proporcional das Comissões Executivas. De modo geral, a

tendência majoritária defendia o direito de tendência e a participação das minorias nas direções, inclusive nas Comissões Executivas, mas o vinculava a um processo de definição de quem tinha um compromisso real estratégico com o partido.

Depois da "Carta de Princípios", o primeiro documento nacional oficial do partido a tratar do direito de tendência foi o do 4º Encontro, de 30/31 de maio e 1º de junho de 1986: "como partido democrático, o PT defende e exercita o reconhecimento da vontade da maioria, assegurando, ao mesmo tempo, a existência das minorias e seu direito à representação e manifestação em todas as instâncias do partido. O Encontro Nacional reconhece o direito de tendência e determina ao próximo Diretório Nacional que proceda à sua regulamentação. Mas o partido entende que este direito não deve se estender a grupos que não abraçam o programa do PT nem acatam a sua democracia e disciplina. Do mesmo modo, o direito de tendência não autoriza a militância em outros partidos que não o PT".

Apesar do mandato dado pelo 4º Encontro ao DN, ainda não foi desta vez que o direito de tendência foi regulamentado. A questão foi tratada por uma Comissão designada especialmente pelo DN, e de um debate nas páginas do Boletim Nacional. Mas foi o 5º Encontro Nacional, em dezembro de 1987, que retomou a discussão e aprovou uma "Resolução sobre Tendências", que se constituía numa primeira regulamentação do direito de tendências. Destaca-se nesta Resolução o reconhecimento de direito de tendências e o esforço de diferenciá-lo da formação de agrupamentos com caráter de "partido dentro do partido".

Na véspera do 5º Encontro, o DN aprovou - por maioria, após uma viva polémica - uma Resolução sobre Proporcionalidade nas instâncias de direção, que dizia: "com ou sem este nome, a maioria das tendências hoje presentes no PT são projetos partidá-

rios, com centralismo próprio, infra-estrutura própria, imprensa, caracterizando-se de maneira muito clara a prática da dupla militância e da dupla fidelidade. (...) Entendemos assim que, enquanto durar o fenômeno da existência de tendências com as características que marcam a maioria das tendências hoje presentes no PT, devemos manter a sistemática da participação das correntes minoritárias no Diretório Nacional, onde se trava o debate político e se definem as orientações fundamentais para o partido no período entre os Encontros. Mas entendemos também que devemos reservar à maioria as funções da Comissão Executiva Nacional, com seu papel de representação partidária, com sua tarefa de executar as políticas traçadas pelo Diretório Nacional, cabendo a ela a decisão da participação ou não das minorias na Executiva, excluída a hipótese da proporcionalidade".

Com base nesta posição majoritária do DN, o 5º Encontro se pronunciou contra a proporcionalidade da Comissão Executiva Nacional, após um acalorado debate e por uma pequena maioria. Tinhamos chegado ao momento da maior polémica interna a este respeito; a maioria das tendências minoritárias não se reconhecia na caracterização feita pelo DN.

PRC dissolve-se

Nos anos seguintes, a situação do PT evoluiu muito. Algumas das correntes que tinham até então um projeto partidário distinto alteraram a sua posição, como foi o caso do PRC (Partido Revolucionário Comunista) que se dissolveu com seus militantes passando a integrar tendências propriamente ditas do partido. Aprofundou-se a integração de várias tendências no processo coletivo de construção partidária, o que facilitou a superação de desconfiâncias. O 6º Encontro, que não renovava a direção, mas que teve um papel decisivo na definição da campanha eleitoral presidencial, foi no fundamental preparado e conduzido unitariamente pela CEN e pelo DN (embora tenha

chegado a haver uma discussão com muitas diferenças sobre as "Diretrizes" do Plano de Ação de Governo).

Assim, quando o processo de regulamentação das tendências foi retomado, a partir da reunião do Diretório Nacional de 25 de março de 1990, foi possível que houvesse uma ampla maioria na aprovação de uma resolução, "O PT e as Organizações", que dizia: "...Prosseguindo com o esforço delineado já desde o 4º Encontro, mas concentrado a partir do 5º Encontro Nacional, realizado em 1987, o Partido vem procurando clarificar, cada vez mais, as suas relações com agrupamentos e correntes que, tendo origens e histórias diversas, acabaram por confluir para o PT.

Hoje, é possível distinguir, com clareza três situações distintas nesse campo. A primeira é a daqueles agrupamentos que, em concordância com o sentido e a letra das Resoluções do 5º Encontro, constituíram-se de direito e de fato nas tendências internas do PT, e como tal são reconhecidas tanto pelas instâncias orgânicas partidárias quanto pelo consenso dos filiados. Essas tendências internas entendem o PT como partido estratégico para a construção do socialismo, acatam e aplicam as deliberações partidárias e, não obstante naturais divergências políticas, relacionam-se entre si de maneira respeitosa e fraterna. Todas, ao lado dos filiados desvinculados de qualquer agrupamento, contribuem para a construção da unidade partidária. O Diretório Nacional reconhece e registra o avanço que houve nesse sentido, desde o 5º Encontro até o presente momento.

A segunda situação refere-se a dois agrupamentos específicos, embora diferenciados entre si: a *Convergência Socialista (CS)* e o *Trabalho (OT)*. Embora auto-proclamando-se como tendências do PT, estas duas correntes não conseguiram, ainda, desvincular-se de flagrantes ambiguidades, tanto no plano político quanto no plano organizativo. Ora acatam deliberações do PT, ora

Quem é quem nas Tendências registradas pelo PT

Articulação

Responsáveis nacionais: Luís Soares Dulci, Vítor Salazar, Gilney Amorim Viana, Avelino Ganzer, Sílvio José Pereira, Valter Pomar, Gilberto Carvalho, Jonas Neres. Responsáveis por Estado: Selvino Heck (RS), Eurides Mescolotto (SC), Claus Germer (PR), José Américo Dias (SP), Jorge Bittar (RJ), José Luis Feveteiro (RJ), Ernani Coelho (RJ), Adilson Pires (RJ), Benedita da Silva (RJ), Perly Cipriano (ES), Magno Pires (ES), Jonas Neres (BA), Pedro Verdino (AL), Marcelo Deda (SE), Francisco Rocha (PE), Júlio Rafael (PB), José Ilário Marques (CE), Antonio Neto (PI), Francisco Gonçalves (MA), Paulo Rocha (PA), Valdir Ganzer (PA), Ricardo Moraes (AM), Neri Firigolo (RO), Neumar da Silveira (RO), Nilson Mourão (AC), Vicente Ávila (MT), Geraldo Gonçalves Garcia (MS), Donizetti Nogueira (TO), Hamilton Pereira (GO), Geraldo Magela (DF), Antonio Carlos Pereira (MG).

Compôs a chapa 2 (Articulação da Luta Socialista) e elegeu 46 membros para o DN.

Convergência Socialista

Responsáveis nacionais: Eduardo Almeida, Valério Arcary, José Welmovick, Maria José Lourenço. Responsáveis por Estado: Geraldo Silva (MG), Genilda Souza (RJ), Júlio Vieira (SC), Flaminio Rangel (PR), Mané Bahia (SP), Vera Souza (CE), Valdo Mermelsteins (PA), Bernardo Einstein (BA), Wilmar Parreira (AM), Tarso Mazzotti (MT), Ricardo Oliveira (AL), Raimundo Alves (PE), Juvêncio Hometério (RN), Ezequiel (MS), Guillen (DF), Denior (RS), Djalma Martins (GO). Participou da composição da chapa 3 (PT de Luta e de Massas) e elegeu 5 membros para o DN.

Democracia Socialista

Responsáveis nacionais: João Machado, Raul Pont, Joaquim Soriano. Responsáveis por Estado: Tatau Godinho (SP), Gerson de Almeida (RS), Tomás Matta Machado (MG), Alberto Bastos (RJ), Otaviano Carvalho (ES), Marcos Cordioli (PR), Ronaldo Barbosa (PB), Hugo Manso Júnior (RN), Araquém Lima

(AL), Eduardo Reis (BA), Oscar Barreto (PE).

Participou da composição da chapa 4 (Alternativa Socialista e Revolucionária) e elegeu 8 membros para o DN.

Força Socialista

Responsáveis: Edmilson Rodrigues (PA), Aldenor Monteiro Júnior (PA), Jorge Almeida (BA), Franklin Oliveira (BA), Elizário Andrade (BA), Luiz Eugênio Souza (BA), Jesus Miguez (ES), Antonio Neiva (RJ), Luiz Arnaldo Campos (RJ), Ewerson Claudio (RJ), Ivan Valente (SP), Genildo Batista (SP), Luis Sérgio G. da Silva (SP), Eno Dias Filho (RS), Marco Neves (SC), Antonio Carlos Andrade (DF).

Participou da composição da chapa 4 e elegeu 2 membros para o DN.

Luta pelo Socialismo

Responsáveis: Ocimar Munhoz (SP), Humberto Belvedere Filho (SP).

* Não apresentou tese e apoiou a chapa PT de Lutas e de Massas.

Movimento por uma Tendência Marxista

Responsáveis: Ronald Rocha (MG), Artur Scavone (SP), Renato Afonso (BA), Carlos Vilela (RJ)

Participou da composição da chapa 4 e elegeu 2 membros para o DN.

Nova Esquerda

Responsáveis: Alair da Costa (RJ), Aldo Fornazieri (SP), Estilac Martins R. Xavier (RS), José Eduardo Utzig (SP), José Fortunati (SP), José Genofno (SP), José Miguel (RS), José Nobre Guimarães (CE), Jarbas Barbosa (PE), Langoni (RS), Luis Inácio (RS), Marcos Rolim (RS), Maurício Faria (SP), Oggi (RJ), Ozeas Duarte (SP), Roberto Evangelista (BA), Sérgio Weigert (SC), Tarso Genro (RS).

Participou da composição da chapa 1 (Socialismo e Liberdade) e elegeu 5 membros para o DN.

O Trabalho

Responsáveis nacionais: Edison Vitor Cardoni, Misa Boito, Julio Turra, Laercio Damasceno, Markus Sokol. Responsáveis por Estado: Serge Goulart (SC), Anísio Homem (PR),

Arlete Sampaio (DF), Antonio Manoel (AC), Euder Baima (CE), Edmilson Menezes (PE), José Carlos Medina (MG)

Participou da composição da chapa 4 e elegeu 4 membros para o DN.

Vertente Socialista

Responsáveis: Eduardo Jorge (SP), Augusto de Franco (SP), Valdemar Rossi (SP), Everardo Lopes (SP), Virgílio Guimarães (MG), Sandra Starling (MG), Chico Ferramenta (MG), Luis Eduardo Cheida (PR), Roberto Colaço (SC), Melck Aquino (RS), Francisco Machado (DF), Anísio Soares Maia (RN), Cipriano Vasconcelos (RN), João Alfredo Telles Melo (CE), Juarez de Paula (CE), Alberto Damasceno (PA).

Participou da composição da chapa 1 e elegeu 8 membros para o DN.

Voz Proletária

Responsável: Afonso Magalhães (DF)

* seu respaldo teórico se encontra na obra do pensador e dirigente trotskista J. Posadas.

Não apresentou teses e apoiou a chapa e tese da Articulação.

seguem suas próprias decisões, e, embora de formas diferenciadas, frequentemente dão demonstrações, inclusive públicas, de uma independência que nem condiz com o sentido e os dispositivos da Resolução sobre Tendências aprovada no 5º Encontro, nem contribuem para a construção unitária do PT como partido estratégico.

E, finalmente, a terceira situação, que se aplica a organizações políticas autônomas, diferenciadas do PT, mesmo que neguem tal condição ou que tenham alguns de seus adeptos formalmente filiados ao PT. Estão neste caso a organização denominada "Causa Operária" e outras organizações políticas autônomas. (...) O diretório Nacional reitera, pública e veementemente, seu repúdio total à dupla militância, determinando a todos os seus filiados que, imediatamente, abandonem suas vinculações a outros partidos que não o PT."

A mesma reunião do DN designou uma Comissão de Tendências que ficou encarregada da condução do processo de discussões e de propor uma regulamentação mais detalhada do que a Resolução do 5º Encontro.

Após a elaboração pela Comissão de uma proposta e de uma cuidadosa discussão na CEN e no DN, o DN aprovou na sua reunião de 20 de maio de 1990 a Regulamentação do Direito de Tendência, publicada já no BN nº 51.

Paralelamente, a Comissão de Tendências realizou uma série de discussões com representantes de O Trabalho, Convergência Socialista, da Causa Operária e com companheiros do DF que posteriormente encaminharam o pedido de registro da tendência "Movimento pela Afirmação do Socialismo Proletário". Após duas reuniões com os representantes de O Trabalho, a Comissão chegou à conclusão de que esta corrente deveria ser reconhecida como tendência interna, posição que foi aprovada pela Executiva.

Já com relação à Convergência Socialista, a Comissão de Tendências e a Executiva avaliaram que o reconhecimento exigia um processo de adaptação às normas definidas no 5º Encontro e no DN de 20 de maio, e que além disso seria necessário aguardar o resultado da Conferência da própria Convergência, marcada para 1º de julho, já que havia no interior desta corrente uma grande divergência precisamente sobre a questão de acatar ou não a regulamentação definida pelo PT. Como a CS começou a realizar as mudanças definidas para a necessária adaptação, e como a posição majoritária na sua conferência - assistida por dois representantes do DN, César Alvarez e Joaquim Soriano - foi a de acatar a regulamentação das tendências e incorporar-se plenamente no processo de construção do PT, a CEN pronunciou-se pelo reconhecimento da CS como tendência interna.

Assim, foram reconhecidas até agora como tendências internas do PT: Articulação, Democracia Socialista, Força Socialista, Movimento por uma Tendência Marxista, Nova Esquerda, O Trabalho, Vertente Socialista, na reunião de 31 de maio; e Convergência Socialista, Luta pelo Socialismo e Voz Proletária, na reunião do DN de 14 de julho. O pedido de registro do Movimento pela Afirmação do Socialismo Proletário será examinado pelo DN em sua próxima reunião. Até agora, o único pedido de registro negado foi o da Causa Operária (ver box).

Pluralista

A solução da questão da regulamentação das tendências internas abriu caminho para a aprovação unânime no 7º Encontro da proporcionalidade na Executiva Nacional (como já informamos no BN nº 51)

Como resultado deste processo, o PT reafirmou seu caráter de partido democrático, pluralista, aberto, ao mesmo tempo que socialista e de massas. O PT não quer ser um partido monolítico, de modo algum. Hoje, em todo o mundo, pode haver outros partidos que garantam tantos direitos a todas as correntes que os integram como o PT, mas dificilmente pode existir algum que dê maiores.

Ao mesmo tempo, o PT deu passos no sentido de uma maior unificação partidária, do comprometimento de todas as suas correntes, e de todos os militantes com a construção do partido, com o respeito às decisões democraticamente tomadas pelas instâncias partidárias, com o debate fraterno das divergências. O processo de definição e de regulamentação do direito de tendência correspondeu a uma evolução do conjunto do partido e de cada uma de suas correntes.

A negativa do reconhecimento da Causa Operária como tendência interna, é consequência de uma opção da própria Causa Operária.

Finalmente, é preciso termos consciência de que os avanços que conseguimos nestas questões não significam que não haja problemas a enfrentar. Podemos apontar pelo menos três riscos. O primeiro, diz respeito à transformação do direito de tendências em uma espécie de obrigação de participar de tendências, com a redução de espaço de militância de companheiros que não se identifiquem com nenhuma tendência em especial. O partido precisa se preocupar com um funcionamento que enfrente este problema, dos núcleos e diretórios de base até as Executivas. Isto tem a ver com a forma de organizar os debates, com as formas de eleição de dirigentes etc. Será uma questão chave para nosso próximo Encontro Nacional.

O segundo, o risco da multiplicação de tendências. Ora, é absurdo pensarmos que quanto mais tendências, mais democrático o partido. O excesso de tendências prejudica a democracia, na medida em que dificulta o debate e cria confusão. Dificilmente este problema pode ser enfrentado com regras: a superação desta situação depende provavelmente de amadurecimento político.

Há o risco de que os membros de tendências atuem nos organismos partidários (núcleos, diretórios, executivas) mais como representantes de suas correntes, esvaziando as instâncias coletivas. Ora, é importante que o centro da vida do partido esteja justamente na vida coletiva, e não nas correntes. Uma tendência não deve ter posições sobre todos os assuntos. Pelo contrário, é de se esperar que sobre a maior parte das questões discutidas e encaminhadas pelo partido, não haja diferenças entre membros das diversas tendências. Esta questão é decisiva. Sua solução depende tanto de amadurecimento político quanto do avanço na construção das instâncias do partido, da unificação geral da intervenção etc.

Outras questões podem ser levantadas, como o problema da existência de tendências no movimento sindical formadas por petistas que concorrem até em eleições sindicais.

Se podemos avaliar como muito positivo o processo de regulamentação do direito de tendência e de reconhecimento de tendências internas, combinado com o aprofundamento da democracia interna, isto não quer dizer que já tenhamos um modelo pronto de funcionamento. Longe disso. Mas temos razão de achar que é muito o que já conseguimos.

DN nega registro à Causa Operária

Até agora a Causa Operária não pôde ser reconhecida como tendência interna por vir praticando uma linha contrária à disciplina do PT (por exemplo, recusou-se a apoiar a Frente Brasil Popular e a chapa Lula-Bisot) e por ter uma visão do partido totalmente incompatível com uma tendência interna. Por exemplo, uma Resolução da CO de 1987 (mas que integra um caderno que tem o título "Bases Programáticas", que continua a ser vendido pela "CO", e que o último documento que conhecemos deste agrupamento reafirma) diz: "Em função de sua orientação democratizante, o PT abdicou completamente de cumprir o papel de organizar o proletariado, cristalizando-se como um agrupamento inconsistente e superestrutural, vale dizer, que não reflete no seu interior as tendências reais das massas e não as organiza politicamente. Desta forma, o atual ascenso operário passa completamente ao largo do PT. A passividade criminosa do partido, diante da violenta ofensiva do governo, a cumplicidade com o arrocho e as demissões, a incorporação de setores da burguesia abertamente ao partido, sua atuação de sustentação do peleguismo (metalúrgicos de São Paulo) bem como a sua campanha de diretas/88, são o retrato da mais completa bancarrota e o conduzem a passos de gigante a uma completa desmoralização diante do ativismo e das massas.

A demonstração de que o PT se constituiu em um agrupamento superestrutural e inconsistente se manifestou já nas crises que sofreu nos momentos de crise política em que se colocaram questões de importância (Colégio Eleitoral), e que quase o levaram à dissolução. O acirramento da crise política atual deverá se traduzir em uma crise no seu interior, que poderá levá-lo à completa desintegração. Nas condições atuais, o movimento operário e, em particular, a vanguarda revolucionária não podem ficar atrelados a um partido pequeno-burguês democratizante inconsistente e que não desempenha nenhum papel como canal de organização da luta e da evolução política das massas. Está colocada a ruptura com o PT, como forma de abrir uma nova via de reagrupamento revolucionário, de construção de um partido revolucionário. Nossa organização utilizará a palavra de ordem, do partido operário, para preparar a ruptura cuja oportunidade concreta será determinada pelo desenvolvimento da crise, da atitude do PT diante dela e pela evolução provocada entre o ativismo e as massas pela nossa luta em torno desta palavra de ordem, entre outros fatores."

Seria um completo absurdo que o PT reconhecesse quem tem tais avaliações como tendência interna. Só se a CO mudar de posição, o que até agora não ocorreu.

Resolução do DN

O DN, reunido em 14/07/90, não reconhece a Causa Operária como Tendência Interna do Partido dos Trabalhadores.

Consequentemente, os filiados do PT identificados com a Causa Operária não serão inscritos como candidatos às eleições legislativas e executivas de outubro de 1990.

O DN manifesta sua disposição de reexaminar a questão do registro e do reconhecimento da Causa Operária como Tendência Interna se houver novos posicionamentos da Causa Operária. O DN reitera, aos companheiros da CO, a solicitação de que lhe comuniquem novas resoluções sobre a construção do PT e sobre a relação entre a CO e o PT, e lhes sugere que realizem uma Conferência do agrupamento para reavaliar sua orientação política e sua estruturação.

O DN fixa o prazo de 3 meses, a contar da data desta resolução, para que os filiados do PT identificados com a Causa Operária façam a opção pelo PT, como definida na resolução do DN "O PT e as Organizações", de 25/03/90.

Brasília, 14 de julho de 1990
Diretório Nacional

Escolhida a nova Executiva

Em sua primeira reunião realizada em Brasília, no dia 15 de julho, o novo Diretório Nacional eleito pelo 7º Encontro escolheu a nova Executiva Nacional do PT, que passa a ter a seguinte composição:

Luiz Inácio Lula da Silva - presidente
Luiz Gushiken - 1º vice-presidente e secretário sindical
José Genofino - 2º vice-presidente e responsável pelas relações com o Governo Paralelo
Benedita da Silva - 3º vice-presidente e secretária de movimentos populares
José Dirceu - secretário geral
Cezar Alvarez - 1º secretário e secretário de organização
Augusto de Franco - 2º secretário
Eurides Mescolotto - 1º tesoureiro
Raul Pont - 2º tesoureiro
Gilberto Carvalho - secretário de formação política
Valério Arcary - adjunto da secretaria de formação política
Hamilton Pereira - secretário agrário
João Machado - secretário de comunicação
Marcus Sokol - adjunto da secretaria de comunicação
Eduardo Jorge - adjunto da secretaria de movimentos populares
Jorge Almeida - secretário da juventude
Marco Aurélio Garcia - secretário de relações internacionais
Luiz Soares Dulci - secretário de políticas sociais
Perseu Abramo - elemento de ligação com o Governo Paralelo
Gumercindo Milhomem - líder da bancada na Câmara dos Deputados

Secretaria Agrária Jornada de luta ganha caráter nacional

Pela primeira vez na história da luta dos trabalhadores rurais brasileiros a mobilização teve caráter nacional. Em todos os estados foram feitas manifestações. Em 11 deles ocorreram 16 ocupações que envolveram 3.846 famílias e uma área de mais de 30 mil hectares de latifúndio. Essa é a avaliação que a Secretaria Agrária Nacional do PT está fazendo da jornada de luta dos trabalhadores rurais realizada em julho. Apoiada pelo PT, ela foi organizada pelo Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR) da CUT e pelo Movimento dos Sem Terra (MST).

O objetivo da jornada era pressionar o governo para o assentamento de 15 mil famílias acampadas, melhores preços para os produtos agrícolas e crédito para os pequenos agricultores, além de reivindicações de caráter regional. Se-

gundo a Secretaria Agrária a avaliação que a CUT e o MST estão fazendo do movimento também é positiva, dado o caráter nacional assumido pela mobilização.

A jornada de julho, contudo, revelou também dois desafios a serem vencidos. O primeiro deles é a evidência de que ainda não se conseguiu envolver setores urbanos da sociedade na luta pela reforma agrária. O outro é a fragilidade da mobilização dos pequenos produtores na luta por suas reivindicações específicas.

A partir dessas avaliações, a CUT e o MST definiram um novo calendário de lutas, tomando por base eventos propostos pela CUT para as cidades com o objetivo de mobilizar todos os setores da sociedade na luta pela reforma agrária. A Secretaria Agrária Nacional do PT reforça a importância de os militantes petistas engrossarem essas mobilizações que começam a partir de 10 de setembro

Calendário continua em setembro

- 10/09/90 Entregar para governos estaduais as reivindicações dos trabalhadores rurais;
- 11/09/90 Entrega, em Brasília, de documento com reivindicações para o Governo Federal, Senado e Câmara; nos estados e municípios haverá mobilizações;
- 13/09/90 avaliação da programação e possibilidade da Greve Geral;
- 14/09/90 Dia Nacional de Luta de todas as categorias, com manifestações em todos os estados.

CADERNOS DO 7º ENCONTRO



*Encomendas e pedidos devem ser feitos
à sede nacional do PT pelo telefone
(011) 575-2299*



NOS BASTIDORES DA BATALHA

Jornal dos Jornalistas conta a verdade

Vários jornalistas que viveram o massacre de trabalhadores rurais promovido pela Brigada Militar na Praça da Matriz, no centro de Porto Alegre, editaram um jornal especial patrocinado pelo Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul para contar tudo o que assistiram no dia 8 de agosto. Eles não tiveram a oportunidade de publicar seu testemunho nos jornais para quem trabalham.

Na edição extra contando a verdade dos acontecimentos de Porto Alegre, os jornalistas acusam a imprensa televisiva, falada e escrita de terem "assassinado" a verdade em relação ao massacre dos trabalhadores rurais que se manifestavam pacificamente na Praça da Matriz em Porto Alegre. "Um espetáculo de ilusionismo que mesclou diversos ingredientes em um coquetel de má informação, arrivismo, ausência de ética e cegueira seletiva", denunciam os jornalistas.

Em quatro páginas de textos e fotos, a edição reconstitui os fatos ocorridos naquele dia, e expõe a responsabilidade das autoridades pelo massacre e suas consequências, apontando as contradições das testemunhas apresentadas contra os trabalhadores. Para os jornalistas que elaboraram a publicação o que houve na verdade foi uma verdadeira montagem de depoimentos e versões para incriminar os trabalhadores.

"Foi um show de não-jornalismo", denunciam os profissionais gaúchos. "Os manuais profissionais atirados pela janela, os da ética pela latrina e as velhas orientações de imparcialidade espertamente esquecidas. Poucas vezes a imprensa brasileira conseguiu ser tão parcial e dirigida como no episódio do confronto entre os sem-terra e a Brigada Militar em Porto Alegre", apontam os próprios repórteres que cobriram os acontecimentos.

DN denuncia violência em Porto Alegre

O Diretório Nacional do PT, em nota oficial denuncia como previsível e evitável as violências ocorridas em Porto Alegre no dia 8 de agosto. As autoridades brasileiras - afirma a nota - "insistem em tratar a questão da terra não como uma questão social, mas como um caso de polícia." Segundo o PT o resultado dessa política são as dezenas de trabalhadores presos, espancados e um soldado da Brigada Militar gaúcha morto. São os seguintes os principais trechos da nota do PT, datada de 9 de agosto:

"Responsabilizamos o Governo Estadual do Rio Grande do Sul pela utilização da força armada contra o livre direito de reunião e manifestação dos trabalhadores rurais. Não se constrói

uma sociedade moderna e democrática utilizando bombas de gás e baionetas como argumentos definitivos. Essa é a mesma atitude que, durante anos, os governos militares assumiram no tratamento da questão da terra e que, hoje, se repete na ação e no discurso do atual Governo da República.

"Há poucos dias advertimos a sociedade brasileira para o quadro de violência que ocorre no campo. Desde janeiro deste ano foram assassinados 33 pessoas em razão da luta pela terra. Delas, 23 só no governo Collor. É indispensável que o Governo dê uma resposta imediata - que não seja a repressão - às quase 15 mil famílias que estão acampadas às margens de estradas no País."

Pacote Agrícola

Collor quer internacionalizar o campo

O "Pacote Agrícola" anunciado pelo Governo Collor tem objetivos publicitários e, da mesma forma que em relação a outras decisões econômicas, persegue a internacionalização da economia, o sucateamento das instituições nacionais e a sujeição dos interesses brasileiros ao grande capital transnacional. Essa é a avaliação do Governo Paralelo sobre as "Diretrizes de Política Econômica para a Agricultura" baixadas em agosto pelo Governo Collor.

Segundo estudo elaborado pelo coordenador da área agrícola do Governo Paralelo, José Gomes da Silva, o "Pacote" anuncia obviedades sempre repetidas às vésperas do plantio e junta medidas aleatórias que conformam uma simples carta de intenções. Várias cifras estão equivocadas e encerram exageros que podem iludir os agricultores.

A avaliação entende que o "Pacote" inverte prioridades, favorecendo grandes e médios fazendeiros, procurando, através do aumento dos limites da renda bruta, deslocar privilégios para extratos mais favorecidos entre os produtores rurais.

A não inclusão de um seguro rural eficiente na cadeia de instrumentos de proteção aos riscos próprios da atividade agrícola acentua a frouxidão do esquema, segundo a avaliação do Governo Paralelo.

Quanto aos valores colocados à disposição do crédito para custeio da safra, definidos em Cr\$ 309 bilhões, a avaliação dos técnicos é de que constituem mera sinalização de quantidades potenciais, sem disponibilidade real pelo menos por ora.

Para o Governo Paralelo, a internacionalização da agricultura brasileira perseguida pelo "Pacote" atirará o Brasil às feras do Mer-

cado Comum Europeu e da América do Norte, que contam com fortes subsídios e alta produtividade na agricultura e dispõe ainda de grandes estoques que podem ser colocados no mercado, a baixos preços. Nesse contexto o Brasil ficará limitado à produção de "commodities" onde a mão-de-obra barata - único insumo que o modelo neo-liberal pode comprimir - possa compor preços finais competitivos.

No estímulo ao "operário agrícola" previsto pelo Governo Collor, o "Pacote" desconhece que a atividade rural responde a estímulos não econômicos, como o da terra própria e que a democracia carece de mais proprietários e menos proletários, segundo avaliam os técnicos do Governo Paralelo. Tamanho descompasso - acrescentam - só pode ser comparado à atitude dos atuais governantes quando voltam ao começo do século para considerar a questão social como caso de polícia.

Além de criticar a ausência no "Pacote" de qualquer referência à reforma agrária como instrumento para correção desse quadro, o Governo Paralelo observa várias omissões nas "Diretrizes" adotadas pelo governo Collor para a agricultura. Faltou considerar regiões como o Centro-Oeste, faltou tratar das preocupações ecológicas, omitiu-se o problema da correção dos preços mínimos com o mesmo indexador que corrigiu as dívidas de custeio no mês de março, ignorou-se os reflexos sociais das medidas anunciadas, além de outras questões que merecem também tratamento urgente por parte da política agrícola necessária para o país.

Plenária Nacional de Movimentos Populares

Realizou-se em Brasília nos dias 24, 25 e 26 de agosto, na UnB, a primeira Plenária Nacional dos Movimentos Populares com o objetivo de avaliar a conjuntura e concepção do movimento popular e o processo de construção da Central de Movimentos Populares.

Após uma ampla discussão com a presença de 282 delegados (SP, MG, ES, GO, DF, SE, PB, CE, PI, AC, RO, PR, SC, RS, MS, MT, AM, RJ), 30 observadores e 31 convidados foi criada a Pró-Central, representada por um membro de cada Estado presente no Encontro e uma Executiva composta de 5 membros: José Albino por São Paulo,

Gilberto Sá por Santa Catarina, Marcos Cruz pelo Rio Grande do Sul, Francisca Trindade pelo Piauí e Aparecida Gonçalves pelo Mato Grosso do Sul.

Durante o Encontro foi tirada uma data indicativa para o Congresso de fundação, que será em julho de 92, e para a segunda Plenária Nacional, em outubro de 91, com o objetivo de avaliar o processo e preparar o Congresso de fundação.

Também ficou definido que a sede da Pró-Central será em São Paulo com o seguinte endereço provisório: Rua José Odorizzi, 621 - CEP 09810 - S. Bernardo do Campo - SP, fone: (011) 448-1562.

SNMP

Faltam formulações políticas para os movimentos

Não basta possuir políticas gerais claras. O Partido precisa investir também na formulação de políticas próprias para cada movimento social, para cada setor de atividade partidária, e precisa integrar seu trabalho de produção de políticas setoriais às atividades do Governo Paralelo. São essas as duas principais conclusões do seminário promovido no Cajamar pela Secretaria Nacional de Movimentos Populares (SNMP).

Durante três dias, entre 17 e 19 de agosto, 58 militantes petistas representando 10 estados interromperam sua rotina de trabalho para refletir um pouco sobre a atividade

partidária em relação ao movimento social. O resultado foi a produção de um relatório onde apontam carências do PT em relação aos movimentos populares. Definem seu ponto de vista sobre a função e a necessidade da nova Secretaria Nacional de Políticas Sociais (SNPS), criada pelo VII Encontro Nacional, e formalizam também um conjunto de propostas destinadas a orientar seu trabalho.

Num segundo documento aprovado pelo seminário, os militantes ligados à SNMP reivindicam sua integração as atividades do Governo Paralelo. Eles alertam o Partido e o Governo Paralelo do "imi-

nente risco de se pensar a realidade perdendo a principal característica dos agentes da construção da maior força popular da história do nosso país" caso desconsiderem a necessidade de participação da militância nas suas elaborações.

Em conclusão, a Plenária reivindica do Governo Paralelo a realização de reuniões dos seus coordenadores de área com as respectivas subsecretarias e comissões elaboradoras do Plano de Ação de Governo (PAG), e uma aproximação mais intensa do Governo Paralelo das instâncias partidárias e do movimento social.

Uma nova alquimia para nossa elaboração teórica

Ao fazer uma coligação ou aliança política, para disputar um governo de estado ou uma federação de moradores, o PT tem que fazer acordos baseado em posições políticas. Quando um deputado petista apresenta um projeto de lei ele vai buscar inspiração em formulações partidárias. Da mesma forma é nas orientações do partido que qualquer militante tem que basear-se para atuar nos movimentos populares, nos transportes, educação, saúde, habitação.

O PT cresceu muito nos últimos anos. Suas frentes de intervenção estão cada vez mais complexas e é necessário que o PT acorde para essa realidade se quiser continuar servindo de referencial para a prática política de seus militantes. A atuação dos petistas, seja nos movimentos de massa, seja no parlamento e nas administrações, seja nas universidades e no campo estritamente técnico, deve seguir uma política nacional do Partido, que contemple todas as interfaces do tema. Como e com quem elaborar essas políticas nacionais foi a preocupação que mobilizou durante três dias os 58 militantes reunidos pela Secretaria Nacional de Movimentos Populares no Cajamar.

O primeiro aspecto destacado na discussão diz respeito ao papel da Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Durante a campanha Lula ela abrigou vários grupos de trabalho que atuaram na elaboração do Programa de Ação de Governo e por essa razão a discussão sobre a ação do PT junto aos movimentos praticamente inexistiu.

Mas a secundarização desse trabalho não é recente, ela tem expressado uma dificuldade política do Partido nos últimos anos, qual seja a de combinar a ação institucional e o impulsionamento

da auto-organização dos trabalhadores, seja nos movimentos ou nos sindicatos.

As medidas do governo que geram a recessão e a desresponsabilização do Estado frente às áreas sociais, colocam a necessidade da retomada da ofensiva pelos movimentos populares.

O PT tem responsabilidade intransferível no processo de retomada das lutas, assim como de elaboração de projetos nacionais que apontem alternativas aos projetos de Collor. Portanto daí deriva a análise da necessidade de reorganização da SNMP assegurando a interação dos petistas nas várias áreas para a elaboração de propostas que contribuam para a ação do Partido nos movimentos vivos da sociedade, bem como para a sua articulação.

Outro aspecto relevante da discussão é o papel a ser cumprido pela Secretaria Nacional de Políticas Sociais. A primeira constatação a ser feita é a de que não se trata de estabelecer uma comportimentalização, tão indesejável quanto nefasta, entre a elaboração dos militantes que atuam nos movimentos popular e os técnicos e intelectuais.

Ao contrário, a tarefa precípua da Secretaria será a de, em cada área, criar as condições para a discussão dos militantes que atuam nos sindicatos, nos movimentos populares, nas prefeituras, no Parlamento, de forma a assegurar a construção de uma política nacional em cada área. Isto é, a Secretaria Nacional de Políticas Sociais constitui-se num espaço de síntese das várias frentes. Para isso a existência de subsecretarias de mulheres, saúde, transportes, energia, educação, portadores de deficiência, moradia, assuntos indígenas e outras será fundamental.

Também será necessário o contato sistemático com a Secretaria Agrária Nacional, Sindical e Juventude e a própria Secretaria de Movimentos Populares.

A configuração destas políticas nacionais está em consonância com as necessidades do PT como segunda força política do país.

Temos a partir daí outra questão chave: a relação Partido-Governo Paralelo. O Governo Paralelo como expressão da união das forças progressistas do país deve apresentar projetos alternativos àqueles impostos à nação por Collor. O PT como força principal no Governo Paralelo deve procurar estabelecer a relação entre o que é anunciado em Brasília e o que é proposto nos movimentos sociais. De tal forma que o Movimento Popular possa assumir bandeiras e propostas sugeridas pelo Governo Paralelo ou superá-las.

Para que o Partido negocie suas propostas no interior do Governo Paralelo é necessário que elas progressivamente se construam e que seja a base de ação dos petistas.

Verificou-se portanto que há urgência de interação entre a maioria de nossos coordenadores de área no Governo Paralelo e as sub-secretarias.

O debate demonstrou a vontade política dos integrantes da Plenária de tornar prioridade efetiva a ação organizada junto aos movimentos sociais, o fortalecimento das instâncias partidárias e a construção de um Programa Nacional do PT.

Daqui para frente caberá às instâncias dirigentes do Partido, em conjunto com as Secretarias Nacionais, e todos os militantes do Partido tornar essas prioridades efetivas.

Selma Rocha, Rogério da Silva, Sonia Hypólito

América Latina

Os desafios enfrentados na construção do socialismo

Ao final de três dias de palestras e debates, representantes de 53 partidos, e frentes de esquerda de 14 países latino-americanos firmaram no início de julho um importante documento - a declaração de São Paulo. Outra decisão dos agrupamentos que se fizeram representar no Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina foi realizar novo encontro no ano que vem, na Cidade do México.

O espectro ideológico que caracterizava o auditório era muito amplo: ia desde um partido como o PRD mexicano, que não se define como socialista, mas como nacionalista revolucionário, a partidos socialistas que podemos considerar como social-democratas de esquerda, e a partidos marxistas de diversas orientações, como vários partidos comunistas (que fazia parte da antiga corrente do "comunismo oficial"), partidos de origem maísta, partidos trotskistas. As ausências mais importantes foram da Frente Sandinista, União Nacional Revolucionária Guatemalteca e do Partido Socialista Chileno.

14 países foram representados

Foram os seguintes os Partidos e Organizações latino-americanos presentes em São Paulo:

Argentina
Movimento ao Socialismo (MAS), Partido Comunista (PCA), Partido Democracia Popular (PDF), Partido Intransigente (PI), Partido da Intransigência Popular (PIP), Partido Peronista das Bases (PPB), Partido Socialista Popular (PSP), Movimento "Los de Abajo", Frente Ampla de Libertação - Esquerda Unida (FRAL-IU), Partido Operário (PO)

Bolívia
Eixo de Convergência Patriótica, Movimento Bolívia Livre (MBL)

Brasil
Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Democrático Trabalhista (PDT)

Chile
Movimento de Ação Popular Unificado (MAPU), Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), Partido Comunista (PCC)

Colômbia
Partido Comunista (PCC), Partido Comunista da Colômbia (PCdoC), M-19

Cuba
Partido Comunista Cubano (PCC)

Equador
Partido Socialista Equatoriano (PSE)

Vários dos participantes eram veteranos de reuniões internacionais de esquerda.

Todos consideraram este encontro como o mais importante das últimas décadas, tanto por ser o primeiro a reunir um leque tão variado de força de esquerda, quanto pelo temário debatido e pela riqueza das discussões, pelo que a reunião revelou da situação do nosso continente e também pela perspectiva de continuidade.

Foram discutidas as novas formas do capitalismo, a ofensiva neoliberal, a crise do "socialismo real", as lutas pela democracia e pelo socialismo no continente, os desafios colocados para as forças populares.

Teve destaque um debate polêmico sobre a experiência e os problemas da revolução cubana e da construção do socialismo em Cuba. Foi aprovada uma declaração comum e definido que o PRD organizava um segundo Encontro no México, para que o processo de intercâmbio se aprofunde e se amplie a unidade diante de questões que enfrentamos em comum.

El Salvador
Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN)

México
Partido da Revolução Democrática (PRD), Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), Partido Popular Socialista (PPS)

Peru
Esquerda Unida (IU) (Movimento de Afirmação ao Socialismo, MAS, e Partido Unificado Mariateguista, PUM), Partido dos Trabalhadores (PT), Unidade Democrática Popular (UDP)

Paraguai
Partido Democrático Popular (PDP), Partido dos Trabalhadores (PT)

República Dominicana
Partido Comunista (PC)

Uruguai
Frente Ampla (FA) que inclui: *Partido Comunista (PCU)*, *Vertente Artiguista (VA)*, *Artiguismo e Unidade (AU)*, Partido pela Vitória do Povo (PVP), Partido Operário Revolucionário (POR), Partido Socialista (PSU), Esquerda Democrática Independente (IDI), Corrente Popular (CP), Movimento de Libertação Nacional - Tupamaros (MLN-T), Movimento 26 de Março, Partido Socialista dos Trabalhadores (PST)

Venezuela
Movimento ao Socialismo (MAS)

Causa Revolucionária (CR)

DECLARAÇÃO DE SÃO PAULO

"Convocados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nos reunimos em São Paulo, Brasil, representantes de 48 organizações, partidos e frentes de esquerda da América Latina e Caribe.

Inédito pela sua amplitude e pela participação das mais diversas correntes ideológicas da esquerda, o encontro reafirmou, na prática, a disposição das forças de esquerda, socialistas e anti-imperialistas do sub-continentes de compartilhar análises e balanços de suas experiências e da situação mundial.

No decorrer de um debate intenso, verdadeiramente franco, plural e democrático, tratamos alguns dos grandes problemas que se colocam para nós. Analisamos a situação do sistema capitalista mundial e a ofensiva imperialista, encoberta por um discurso neoliberal, lançada contra nossos países e nossos povos. Avaliamos a crise da Europa do Leste e do modelo de transição ao socialismo ali imposto. Repassamos as estratégias revolucionárias da esquerda desta parte do planeta e os desafios que o quadro internacional nos coloca. Seguiremos adiante com estes e outros esforços unitários.

Este encontro é um primeiro passo de identificação e aproximação aos problemas. Desenvolveremos um novo Encontro no México, onde continuaremos somando inteligências e vontades à análise permanente que demos início, aprofundaremos o debate e buscaremos avançar propostas de unidade de ação consensuais na luta anti-imperialista e popular. Promoveremos também intercâmbios especializados sobre os problemas econômicos, políticos, sociais e culturais com os quais se defronta a esquerda continental.

Constatamos que todas as organizações da esquerda entendem que a sociedade justa, livre e soberana e o socialismo só pode surgir e sustentar-se na vontade dos povos amarrada às suas raízes históricas. Manifestamos, para isso, nossa vontade comum de renovar o pensamento de esquerda e o socialismo, de reafirmar seu caráter emancipador, corrigir concepções errôneas, superar toda expressão de burocratismo e toda ausência de uma verdadeira democracia social e de massas. Para nós, a sociedade livre, soberana e justa que aspiramos e o socialismo, não podem ser senão a mais autêntica das democracias e a mais justa para os povos. Rechaçamos por isso mesmo toda pretensão de aproveitar a crise da Europa do Leste para estimular a restauração capitalista, anular as conquistas e direitos sociais ou estimular ilusões nas inexistentes virtudes do liberalismo e do capitalismo.

Sabemos, pela experiência histórica de submissão aos regimes capitalistas e ao imperialismo, que as imperiosas carências e os mais graves problemas de nossos povos têm sua raiz neste sistema e que não encontraremos solução nele, nem nos sistemas de democracias restritas, tuteladas e até militarizadas que vigoram em muitos de nossos países. A solução que nossos povos anseiam não pode ser alheia a profundas transformações impulsionadas pelas massas.

As organizações políticas reunidas em São Paulo, encontramos um grande alento para reafirmar nossas concepções e objetivos socialistas, anti-imperialistas e populares no surgimento e desenvolvimento de vastas forças sociais, democráticas e populares no Continente que se enfrentam às alternativas do imperialismo e do capitalismo neoliberal, e a sua seqüela de sofrimento, miséria, atraso e opressão anti-democrática. Esta realidade confirma a esquerda e o socialismo como alternativas necessárias e emergentes.

A análise das políticas pró-imperialistas, neoliberais aplicadas pela maioria dos governos latino-americanos, seus trágicos resultados e a revisão da recente proposta de "integração americana" formulada pelo Presidente Bush para justificar as relações de dominação dos EUA com a América Latina e Caribe, nos reafirmam a convicção de que nada de positivo alcançaremos por esse caminho.

A recente proposta do presidente norte-americano é uma receita já conhecida. Implica liqui-

dar o patrimônio nacional através da privatização de empresas públicas estratégicas em troca de um irrisório fundo ao qual os EUA destinariam cem milhões de dólares. Busca a aplicação permanente das nefastas "políticas de ajuste" que têm levado a níveis sem precedentes a deterioração da qualidade de vida dos latino-americanos, em troca de uma minúscula e condicionada redução na dívida externa oficial com o governo imperial. A oferta de reduzir a dívida oficial latino-americana com o governo dos Estados Unidos em apenas US\$ 7 bilhões, não representa nada para uma América Latina cuja dívida externa total se eleva a mais de 430 bilhões de dólares, se incluirmos a dívida com os bancos comerciais e com os organismos multilaterais. Os cem milhões de "subsídios" prometidos aos países que aplicam reformas neoliberais não chegam sequer aos 0,5% dos 25 bilhões de dólares que a América Latina transferiu ao exterior só em 1989 por conta de juros, amortizações e remessas de capital estrangeiro.

Conhecemos a verdadeira cara do império. É a que se manifesta no implacável cerco e na renovada agressão contra Cuba e contra a Revolução Sandinista na Nicarágua, no aberto intervencionismo e na sustentação do militarismo em El Salvador, na invasão e ocupação militar norte-americana no Panamá, nos projetos e passos já dados de militarizar zonas andinas da América do Sul com o pretexto de lutar contra o "Narco-terrorismo".

Por isso, reafirmamos nossa solidariedade com a Revolução socialista de Cuba que defende firmemente sua soberania e suas conquistas; com a revolução popular sandinista que resiste às tentativas de desmontar a suas conquistas e reagrupa suas forças; com as forças democráticas populares e revolucionárias salvadoreñas que reivindicam a desmilitarização e a solução política à guerra; com o povo panamenho invadido e ocupado pelo imperialismo norte-americano, cuja imediata retirada exigimos; e, com os povos andinos que enfrentam a pressão militarista do imperialismo.

Mas também definimos aqui, em contraposição à proposta de integração sob o domínio imperialista, as bases de um novo conceito de unidade e integração continental. Ela passa pela reafirmação soberania e auto-determinação da América Latina e de nossas nações, pela plena recuperação de nossa identidade cultural e histórica e pelo impulso à solidariedade internacionalista de nossos povos. Ela supõe a defesa do patrimônio latino-americano, o fim da fuga e exportação de capitais do sub-continentes, encarar conjunta e unitariamente o flagelo da impagável dívida externa e a adoção de políticas econômicas em benefício das maiorias, capazes de combater a situação de miséria em que vivem milhões de latino-americanos. Ela exige, finalmente, um compromisso ativo com a vigência dos direitos humanos e com a democracia e a soberania popular como valores estratégicos, colocando as forças de esquerda, socialistas e progressistas frente ao desafio de renovar constantemente seu pensamento e sua ação.

Neste marco, renovamos hoje nossos projetos de esquerda e socialista. Nosso compromisso é a conquista do pão, da beleza e da alegria, nossa vontade de conquistar a soberania econômica e política de nossos povos e a primazia de valores sociais, baseados na solidariedade. Declaramos nossa plena confiança em nossos povos, que mobilizados, organizados e conscientes forjarão, conquistarão e defenderão um poder que faça realidade a justiça, a democracia e a liberdade verdadeiras.

Aprendemos com os erros cometidos, assim como o das vitórias alcançadas. Armados de um inegociável compromisso com a verdade e com as causas de nossos povos e nações, nos colocamos a caminhar, certos do espaço que agora abrimos e preenchemos junto aos demais agrupamentos de esquerda latino-americanos e caribenhos com novos esforços de intercâmbio e de unidade de ação como alicerce de uma América Latina livre, justa e soberana."

São Paulo, 4 de julho de 1990.

Internacional

PT avalia a invasão do Kuwait

Face ao agravamento da situação no Oriente Médio como consequência da invasão do Kuwait por tropas do Iraque, a Comissão Executiva Nacional do PT aprovou em sua reunião do dia 1º de setembro uma nota oficial onde repudia tanto a ação de violência de Saddam Hussein quanto a atitude de algumas potências que se avocam o papel de polícia internacional para justificar suas intervenções sobre outros países. São os seguintes seus principais trechos:

A Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores declara:

1) Repudiar a ocupação e posterior anexação do Kuwait pelo Iraque, pois se trata de um ato de força, contrário ao direito internacional e que ameaça seriamente a paz mundial. O PT denuncia igualmente a atitude do governo do Iraque de transferir

cidadãos estrangeiros para instalações militares, tornando-os alvos potenciais de qualquer ataque. A transformação de milhares de homens, mulheres e crianças em reféns do regime militar iraquiano é uma flagrante violação dos direitos humanos e das mais elementares normas de convivência internacional. Manifestamos profunda preocupação com a sorte dos cidadãos brasileiros que se encontram na região e compartilhamos a apreensão de seus familiares e com eles nos solidarizamos. Exigimos a liberdade imediata dos brasileiros e de todos os estrangeiros seqüestrados no Iraque.

2) O PT repudia enfaticamente também as iniciativas de algumas grandes potências na região - particularmente os Estados Unidos e a Grã-Bretanha - que se avocam o papel de polícia internacional, como estão acostumados a fazer em outras regiões do

mundo. As forças que cercam e se preparam para intervir no Iraque são aquelas mesmas que em um passado recente invadiram Granada e Panamá, apoiaram diretamente a agressão contra a Nicarágua, que realizam até hoje manobras de intimidação contra Cuba e "aconselham" militarmente os Exércitos de El Salvador e de outros países da América Central.

3) A crise atual é o resultado de profundos conflitos que sacodem o Oriente Médio há décadas e que tem como responsáveis maiores a política expansionista das grandes potências e os regimes reacionários da região que são seus instrumentos. Por esta razão não vemos qualquer autoridade política ou moral do governo dos Estados Unidos e de seus aliados para se arvorarem em árbitros deste conflito. Um dos principais fatores de instabilidade da região é a ocupa-

ção de territórios por Israel, com o apoio dos EUA. O PT reitera sua denúncia de repressão à luta do povo palestino, manifesta uma vez mais uma solidariedade com a intifada (rebelião popular palestina nos territórios ocupados) e com a Organização pela Libertação da Palestina, OLP, representante do povo palestino.

4) O Partido dos Trabalhadores denuncia finalmente a política seguida há anos pelo governo brasileiro, que hoje o impossibilita de defender consequentemente os cidadãos brasileiros seqüestrados no Iraque. O governo brasileiro vem participando, junto com as grandes potências, da corrida armamentista na região. Há tanques, mísseis e aviões brasileiros presentes em ações militares no conflito. Do mesmo modo, há oficiais brasileiros assessorando a aventura militar de Saddam Hussein.

A verdade sobre a crise do Iraque

O regime do Iraque, autoritariamente comandado por Saddam Hussein, é controlado pelo Partido Baas ("socialista" e pan-árabe), que teoricamente defende a unidade da nação árabe numa perspectiva socialista. Mas sua realidade é anti-popular: qualquer manifestação de oposição é reprimida, e, segundo os relatórios da Anistia Internacional, massacres, prisões e execuções são constantes.

Por outro lado, o Kuwait, ex-protetorado britânico que ganhou sua independência em 1961 e cujo território o Iraque sempre reivindicou como próprio por direito histórico, é percebido pela comunidade árabe como um enclave de interesses pró-ocidentais. A Kuwait Investment Offices (KIO) comanda o império econômico-financeiro do Emirado e da família Al-Sabah, que chega a 200 bilhões de dólares. O Kuwait tem um PNB per capita alto: 15 mil dólares anuais, muito superior ao de outros países árabes (o do Iraque é de cerca de 2.200, o do Brasil é de 2 mil). Mas há uma grande concentração de riqueza.

A maioria da população residente no Kuwait é de imigrantes (60%), entre eles 260 mil palestinos, que constituem uma mão-de-obra desprovida de todos os direitos, inclusive sindicais. O direito de voto é negado aos imigrantes, às famílias dos descendentes de estrangeiros que se fixaram no Kuwait depois de 1922, e às mulheres. Além disso, não existem partidos políticos legais.

O Conselho de Segurança da ONU inicialmente condenou a invasão do Kuwait e a posterior anexação pelo Iraque, e decretou um bloqueio econômico e militar do Iraque. Mais recentemente, aprovou o uso da força para garantir esse bloqueio, legitimando uma posição que já era praticada pelos EUA e pela Grã-Bretanha. Os motivos alegados são a defesa do direito internacional, da soberania dos Estados, da auto-determinação dos povos.

Mas devemos assinalar que a conduta da ONU é extremamente contraditória nestas questões. Não houve nenhuma atitude desse organismo contra a invasão e ocupação pelos EUA do Panamá e de Granada, ou contra a agressão à Nicarágua por parte do mesmo país. Do mesmo modo, a ONU aceita que a Irlanda do Norte seja mantida anexada pela Grã-Bretanha.

Mais recentemente, os EUA exerceram o seu direito de veto no Conselho de Segurança da ONU para impedir a aprovação de uma resolução condenando o assassinato de palestinos por forças israelenses.

Isto nos chama a atenção para o problema da estrutura pouco democrática da ONU. A Assembleia Geral, ampliada com a incorporação de muitos novos Estados com o processo de descolonização depois da II Guerra Mundial, vota resoluções que têm apenas valor indicativo. Sobre ela se erige o Conselho de Segurança, no qual os cinco membros permanentes (EUA, Grã-Bretanha, França, URSS, China) tem poder de veto, o que deixa claro que esta estrutura foi uma tentativa de "congelamento do poder mundial" tal como estava após a II Guerra. Esta desigualdade em favor destes cinco países limita a representatividade e a autoridade moral da ONU.

Mais que isto: a ONU não pode agir contra os interesses de alguma das cinco grandes potências, mas pode agir na defesa dos interesses de alguma delas, se houver acordo das outras. É o que ocorreu agora com o embargo e a posterior autorização para o uso da força militar, legitimando a ação unilateral norte-americana (e inglesa) de enviar tropas para a Arábia Saudita. Garantiu-se a defesa dos interesses econômicos e estratégicos imperialistas na região.

O fim da guerra fria tornou a velha OTAN prescindível, e já começa um processo de cortes em suas verbas. Mas este conflito do Golfo Pérsico mostra que está em curso uma tentativa de renová-la, adaptando-a para novos cenários de "conflitos regionais" no 3º Mundo. Isto é: a OTAN se prepara, com a aceitação da Europa e da URSS, para exercer um papel de controle de nações e povos que são herdeiros de uma situação colonial que os condenou à miséria. A imprensa já registrou declarações de estrategistas sauditas no sentido de que a presença militar ostensiva dos EUA na região se transformará em base permanente. Além disso, reforçou a indústria armamentista, que, como informam os jornais, está vendendo armas de emergência no valor de 2 bilhões de dólares para a Arábia Saudita, e para compensar, 1,8 bilhões para Israel, além da

remessa de caças F15 e F16, tanques de batalha M-60 e helicópteros anti-tanques Apache.

Não podemos aceitar comentários da grande imprensa internacional que descrevem o conflito como uma guerra da "civilização" contra a "barbárie", da "modernidade" contra o "arcaico", das "democracias" ou do "Mundo Livre" contra "regimes autoritários", explorando preconceitos que abundam contra o povo e a cultura árabes e muçulmanos. Os EUA tem aliados entre os países árabes em nada mais "civilizados" ou "modernos" do que Saddam Hussein, como em especial a Arábia Saudita. Tampouco podemos aceitar que invadir o Panamá, Granada, agredir a Nicarágua ou reprimir a intifada tenha algum elemento de "civilização" ou de democracia.

É preciso que enfatizemos que as grandes potências têm uma responsabilidade especial por terem armado de maneira irresponsável e anti-popular os regimes da região. E que lamentavelmente o Brasil participou com um triste destaque dessa corrida armamentista. A indústria armamentista e o Governo brasileiro colaboraram com o sonho militarista de Saddam Hussein, com o suporte financeiro do Banco do Brasil. A conexão Brasil-Iraque, impulsionada pelo Conselho de Segurança Nacional e pelo SNI, chegou até à venda de urânio puro e concentrado, "viabilizando controle de uma tecnologia avançada em algumas fases do processo nuclear", como reconheceu um ex-ministro que participou das negociações (Jornal do Brasil, 12/8/90).

O atual Governo brasileiro esperou a crise para se manifestar expressando o desejo de que os projetos militares sejam cancelados, "para que não caracterizem, em nenhum momento, o integral apoio do Governo brasileiro ao bloqueio imposto pela Resolução nº 661 das Nações Unidas ao Iraque". O que demonstra que a preocupação do Governo Collor é de cumprir o embargo sem questionar as negociações passadas que, sem dúvida, eram de seu conhecimento. Aliás, é difícil de acreditar no ministro Francisco Rezek quando nega tais acordos, argumentando que "teriam sido possíveis devido ao controle do Congresso". Será ingênuo o ministro?

Reunião paralela questiona Grupo dos Sete

No Dia 8 de julho de 1980 reuniu-se em Houston, nos Estados Unidos o Grupo dos Sete países industrializados. Paralelamente, contudo, um colombiano, um mexicano e o PT, através do companheiro Lula, juntamente com Jesse Jackson, do partido Democrático norte-americano realizaram também em Houston, um encontro destinado a simbolizar toda uma postura de resistência dos povos latino-americanos às decisões que as grandes potências tomavam naquele mesmo momento. É o que afirma o Comunicado de Houston, firmado por Lula, Jackson, pelo mexicano que venceu as eleições presidenciais em 1988, mas que não assumiu em função de fraudes, Cuauhtemoc Cardenas Solorzano, e pelo colombiano Adalberto Carvajal Salcedo. Os principais tópicos deste documento são reproduzidos a seguir:

"Vimos para Houston como participantes ativos dos movimentos políticos e sociais de caráter popular e democrático nos nossos países para discutirmos problemas comuns e para estreitarmos laços de solidariedade, já que conduzimos uma luta comum para edificar sociedades mais justas e democráticas. (...)

Enquanto recentes acontecimentos políticos e sociais, particularmente no leste europeu, provocaram uma mudança no sistema internacional que ultrapassou os blocos ideológicos e as alianças militares, os países ricos e industrializados ainda estão comprometidos com seu objetivo de fazer uma nova divisão do mundo entre eles criando novos blocos dominantes e novas esferas de influência. Em face a essas tentativas, nós nos encontramos aqui para fazer eco das esperanças de milhões, cujas vozes não serão ouvidas nessas discussões. Os países do 3º Mundo não querem servir de apêndice econômico dos novos arranjos.

Nós reafirmamos nossa convicção que enquanto as nações do 3º Mundo e seus povos não possam dirigir eles mesmos seus próprios destinos, não estaremos capacitados para criar uma ordem econômica internacional verdadeiramente equitativa e estabilizada. É perfeitamente claro que enquanto o atual sistema internacional favorece os interesses das nações altamente industrializadas, ao mesmo tempo frustra as esperanças de milhões de pessoas dentro desses mesmos países que formam o Grupo dos Sete. (...)

Nós exigimos o fim de todos os condicionamentos impostos pelos países ricos e suas instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Todas essas imposições de ajustes neo-liberais e de políticas que não levam em consideração nossa realidade e os desejos de nosso povos, são inaceitáveis."

ESPECIAL

GOVERNO PARALELO PROPÕE MUDANÇAS NA EDUCAÇÃO

Este projeto de política educacional para o Brasil, desenvolvido pela equipe de educação do Governo Paralelo, foi lançado em Brasília, no dia 4 de setembro, e será apresentado ao ministro da Educação, Carlos Chiarelli, ainda este mês

A Nação brasileira está ameaçada. Uma catástrofe está se formando em consequência da situação em que se encontra a educação em nosso país.

Este não é um problema novo, mas sua gravidade atingiu o ponto de representar uma verdadeira calamidade pública. Ao longo de nossa história, nenhum presidente deixou de se manifestar a favor da prioridade para a educação, mas nenhum deles cuidou do problema com a seriedade que ele exige.

O País não pode esperar. É preciso que de imediato, com determinação, toda a população se envolva na solução do problema, cujas características são assustadoras.

A realidade salta à vista nas ruas, nas casas, nos jornais. A cada dia que passa cresce o número de crianças abandonadas perambulando por nossas cidades, condenadas impiedosamente à marginalidade e à violência. Percebemos a dificuldade e o enorme desinteresse com que nossas crianças frequentam escolas sem a qualidade exigida pelos padrões do mundo contemporâneo. Os jornais, por sua vez, não se cansam de estampar estatísticas e manchetes relativas à falta de recursos, ao abandono, à crise permanente da escola em todos os níveis.

Quatro milhões de crianças abandonadas! Descalabro que nenhum outro país jamais permitiu, em nenhum momento de sua história, nem mesmo em períodos de guerra. Das atuais 27 milhões de crianças matriculadas, menos de 10 milhões con-

seguirão completar as quatro primeiras séries do primeiro grau; apenas cinco milhões completarão o primeiro grau; apenas três milhões, conseguirão concluir o segundo grau. Isto significa que ingressaremos no século XXI com quase 90 por cento de nossa população tendo menos de 4 anos de escolaridade.

Como se estes números já não representassem uma situação dramática, os que estudam recebem geralmente educação incompleta, sem qualidade, descompromissada com o país e com o futuro. Seus cursos são limitados a apenas 3,5 horas médias de aulas por dia, sistematicamente interrompidas pela carência de condições mínimas para o exercício de atividades pedagógicas: escolas deterioradas e equipamentos obsoletos (quando existem). Têm professores desmotivados pelos baixíssimos salários, pela falta de treinamento, pelo desrespeito aos seus elementares direitos profissionais.

Se compararmos o Brasil com qualquer país do mundo, ele certamente estará entre aqueles com a pior situação educacional. Somos os recordistas dos mais curtos períodos escolares em todo o mundo. Documentos oficiais, nacionais e internacionais, afirmam que o desempenho educacional da população brasileira é inferior ao de quase todos os países latino-americanos e ao de outros países de renda média equivalente. Só na Bolívia a percentagem de trabalhadores sem nenhuma instrução é maior do

que no Brasil. As mesmas fontes prevêem que pouquíssimos entre nossos jovens terão condições para cursar com razoável aproveitamento o ensino superior. Isto em um país que ocupa o décimo lugar entre as maiores economias industriais do mundo.

Por estas razões, é possível dizer que muito poucas crianças brasileiras atravessarão sua infância recebendo a educação primária que o Brasil do futuro necessita, e que o Brasil do presente tem a obrigação Constitucional de oferecer.

A realidade não é menos dramática no que se refere ao ensino superior. Das 31 milhões de crianças que deveriam estar no ensino básico, apenas cerca de um milhão e meio conseguirão chegar às universidades e escolas independentes de nível superior. Isto significa que um enorme potencial de criadores técnicos e científicos é perdido ao longo do caminho; um crime contra a Nação e um crime contra as aspirações destes jovens.

Destes um milhão e meio de alunos do ensino superior mais de um milhão deles são obrigados a uma verdadeira batalha pessoal para pagar os estudos que deveriam ser-lhes oferecidos gratuitamente. Aqueles que superam a barreira do vestibular e entram em uma das escolas superiores públicas, defrontam-se com um quadro igualmente desalentador: inexistência de equipamentos modernos e/ou falta de condições básicas para sua utilização; laboratórios e bibliotecas desatualizados e virtualmente suca-

teados pela carência de verbas e de pessoal especializado; constante perda de bons professores e pesquisadores indignados com o amesquinamento da educação e com os salários rebaixados, inferiores ao de qualquer outra atividade de formação equivalente no país. Neste quadro, a universidade não tem conseguido contribuir como poderia e deveria para favorecer a soberania nacional, tanto tecnológica quanto cultural e política, nem tampouco tem colaborado na medida do necessário para **qualificar** adequadamente a escola pública de primeiro e segundo graus.

Como efeito do longo tempo de abandono da educação, o Brasil vive, como quase nenhum outro país, o drama de uma população adulta de analfabetos. Com raras exceções, todos os países já resolveram este problema diretamente no ensino primário e pré-primário. Também nisto estamos atrás de quase todos os países da América Latina. Esta população analfabeta tem pouca ou nenhuma possibilidade de participar da vida produtiva e da vida cultural e estará marginalizada na vida política do País, mesmo exercendo o direito de voto que conquistou. Como consequência direta, o País fica impossibilitado de aproveitar todo o potencial de seu principal recurso, que é o próprio povo.

Por outro lado, a educação de uns poucos, além de não ser suficiente para criar o impulso dinâmico que o País necessita, está gerando tão radical desigualdade de saber e poder,

que poderá levar à ruptura definitiva do país em "línguas" diferentes, lógicas incompatíveis de conduta, absoluta impossibilidade de diálogo entre uma minoria instruída e uma maioria despossuída social e culturalmente.

O processo de deseducação da população brasileira não decorre apenas da baixa prioridade dada à escola. A população convive por décadas com a corrupção dos governos e das classes dirigentes, com o enriquecimento através da exploração do trabalho, da destruição ecológica, das trapaças financeiras, da especulação, da formação de cartéis. A convivência da riqueza com a mais aviltante miséria termina por criar um processo de tolerância que significa uma formação cívica insuficiente para o desempenho das funções que a sociedade necessita. Da mesma maneira, o convívio com a violência social, sob todas as suas formas, também deseduca a população brasileira. Para não falar do papel deseducador dos meios de comunicação quando manipulam informações e disseminam valores individualistas e discriminatórios.

Mantido este quadro, fica ridículo falar em modernização, eficiência, crescimento econômico e bem estar; soam falsamente as idéias de soberania, de liberdade, de participação. A persistir tal realidade educativa, a desagregação social é praticamente inevitável, sejam quais forem os avanços logrados nos setores produtivos.

A população brasileira será incapaz de acompanhar o ritmo do mundo contemporâneo ou de desenvolver alternativas que permitam a construção de uma sociedade livre, eficiente, soberana e justa, pois não terá competência para criar nem utilizar os instrumentos aptos a construí-la.

O que nossa realidade permite prever, e que devemos evitar, é uma ameaça ao futuro do Brasil mais duradoura e mais dramática do que uma guerra ou a pior das catástrofes naturais. Mantido este quadro, o País fracassará econômica, social, polí-

tica e moralmente, comprometendo a dignidade de cada um de seus cidadãos.

Por isto é que todos nós devemos enfrentar esta calamidade nacional, com o compromisso firme e obstinado de iniciar desde já a recuperação da educação pública deste País, na esperança de construir no próximo século aquilo que foi inviabilizado ao longo de todo o século XX. Foi neste século que muitos países do mundo deram o salto para o desenvolvimento através da educação. Países socialistas, nos quais a sociedade organizada fez valer padrões menos predatórios de convívio social e de superação dos desafios econômico-sociais, deram-nos o exemplo. Mas não apenas nesse sistema. No mundo capitalista, países periféricos como a Coreia, Formosa, Chile e Argentina, iniciaram seu desenvolvimento através da criação de uma educação de qualidade para toda sua população.

O que faz nossa situação atual ainda mais absurda é que não há qualquer razão que a justifique, salvo propósitos sociais e políticos os mais perversos.

A Constituição brasileira, como poucas outras, define claramente metas e diretrizes para que a população seja educada. Um projeto de Lei de Diretrizes e Bases já elaborado, com o quase consenso das lideranças do Congresso, define as normas necessárias. O Brasil tem unidade territorial e cultural, está integrado por meios de transporte e dispõe de um amplo sistema de telecomunicações; conta com a infra-estrutura econômica necessária para produzir todos os meios pedagógicos requeridos. Conta, se souber aproveitá-lo, com o potencial intelectual capaz de realizar qualquer esforço educacional, em todas as áreas do conhecimento.

Dispondo dos meios físicos e humanos, o País necessita apenas de uma consciência que entenda a gravidade e as causas do problema, de uma vontade política que leve à mobilização nacional pela educação de seu povo.

A primeira das causas do estado de calamidade educacional brasileiro decorre dos interesses dos grupos dirigentes de concentrar as preocupações nacionais no crescimento econômico. Ao longo de décadas a educação foi relegada como algo secundário ou até "irrelevante" para o desenvolvimento nacional. Enquanto outros países canalizam percentagens de até 17% do PIB para a educação, os sucessivos governos brasileiros têm limitado esta percentagem a valores em torno a 3%.

O quadro de pobreza absoluta em que vive uma parte considerável da população brasileira é certamente a segunda e brutal razão que proíbe a quase totalidade de nossas crianças de concluírem o primeiro grau. Mantido o quadro de pobreza e sem o enfrentamento das carências desta população, especialmente da parcela em idade escolar, nenhum esforço educacional será capaz de produzir os resultados desejados. O desemprego e a rotatividade no trabalho leva à constante incerteza e mudança de local de trabalho, fazendo com que outra parte substancial das crianças abandonem seus estudos, em caráter temporário que logo se torna permanente.

O salário e a formação deficiente de professores da rede escolar de primeiro grau é a maior causa interna da degradação e da indigência da educação. Em algumas regiões do País grande parte dos professores do ensino de primeiro grau, e mesmo de segundo grau, recebem salários inferiores ao mínimo. Em consequência disto, o magistério atrai cada vez menos a juventude. Desmotivados, sem retribuição justa, os professores não dispõem das condições adequadas ao desempenho de suas funções. Com isto, estamos fazendo com que a tarefa de educar a maior parte de nossas crianças seja realizada por pessoas desmotivadas.

Enquanto os shopping centers e os bancos têm prédios e instalações tão ou mais sofisticadas que em qualquer país desenvolvido, no Brasil temos os piores prédios escolares do

mundo. Mais grave que isto é o fato de que esta realidade se manifesta dentro mesmo do setor público. Os prédios escolares são os edifícios públicos mais deteriorados e arcaicos do país.

Além disso, não se pode exigir trabalho eficiente de professores que não são treinados para exercer a atividade profissional específica. Hoje, no final do século XX, quanto quase todos os países do mundo atingem um elevado grau de sofisticação cultural e educacional, no Brasil, 19% dos professores são leigos. Não receberam formação e desempenham suas funções de modo autodidático e improvisado. Apenas 32% dos professores brasileiros têm licenciatura.

O curto período escolar que a lei prevê, com apenas quatro horas de aulas por dia e somente 180 dias ao ano, é também causa da insuficiência no ensino. Instaurou-se entre nós uma lógica perversa que leva a remuneração indigna e as condições opressivas de trabalho a funcionarem como maquiavélico estímulo à redução das atividades escolares, à revelia das experiências pedagógicas.

No caso do ensino superior, em que pese a quase ausência de recursos e os baixos salários, estas não são as únicas causas de sua crise. Ela se origina sobretudo na insatisfação de seus professores, alunos e funcionários com o atual projeto de desenvolvimento da sociedade brasileira, concentrador e dependente, do qual a universidade continua prisioneira. Uma universidade sem compromisso com a maioria da população é uma universidade sem qualidade, tanto quanto sem qualidade ela perde o sentido de seu compromisso. Por isto, o maior risco para a universidade está em uma política industrial e agrícola que despreze a necessidade de uma tecnologia comprometida com a eficiência, a soberania e a qualidade de vida do conjunto da Nação.

Diante deste quadro geral de crise da educação brasileira, o

Governo Paralelo, constituído por lideranças de diversos partidos, apresenta à Nação sua proposta. Acreditamos que não é possível protelar as soluções para o que consideramos um de nossos mais graves e urgentes problemas. É certo que também temos outro, graves problemas a enfrentar como a recessão, a miséria, a situação da saúde pública, o trágico arrocho salarial que está sendo imposto à população trabalhadora, a deterioração de nossa infraestrutura física e de ciência e tecnologia. Mas começamos pelo enfrentamento do problema da educação do povo brasileiro, que é uma das condições fundamentais para a formação da cidadania, indispensável à consolidação democrática e ao desenvolvimento econômico.

Em diferentes épocas, importantes nações se defrontaram com desafios educacionais. E conseguiram supera-los. É inaceitável que o Brasil não tenha ainda enfrentado o simples desafio de canalizar seus recursos, de ordenar sua energia no sentido de ter uma população minimamente educada. Nós trazemos a vontade de que este desafio seja enfrentado e uma proposta de como o fazer. Propomos que a partir de agora seja iniciada uma mobilização geral da sociedade brasileira para criar uma estrutura educacional que atenda às necessidades de nossos filhos e às exigências do futuro de nosso país. Esta é uma mobilização da qual ninguém pode ser excluído ou dispensado.

Por isto, propomos que:

a) o Congresso Nacional reconheça o quadro de calamidade da educação brasileira e, como maior instância pluripartidária da Nação, convoque toda a sociedade para a formação de uma grande e ampla Frente Nacional em Defesa da Educação, com o objetivo de, no menor tempo possível, criar no País um eficiente, moderno e democrático sistema educacional, com a qualidade que o futuro exige e que é um direito da população, especialmente de sua juventude;

b) da Frente Nacional em Defesa da Educação participem todos os segmentos organizados da população que, direta ou indiretamente, estejam envolvidos com o problema da educação - todos os partidos, todas as lideranças da sociedade civil, sindicatos e empresários, Secretarias Estaduais e Municipais, SBPC, Federação de Professores, Federação das Associações de Pais e Mestres, Conselho de Reitores, UNE, UBES e demais entidades de organização estudantil, OAB, CNBB, CUT e CGT;

c) uma Comissão Parlamentar Pluripartidária seja criada, com representantes das comissões de Educação, Trabalho e Orçamento, para a definição dos recursos exigidos à execução das atividades que se fizerem necessárias.

Com estas iniciativas, estarão criadas as condições para deflagração, em todo o território nacional, de um intenso debate sobre os objetivos e os meios para a execução da campanha em defesa da educação, com uma mobilização e uma dinâmica que este País nunca teve e de que tanto necessita hoje.

Como contribuição a este debate, o Governo Paralelo elaborou uma proposta de ações básicas que apresenta à Nação. O Coordenador da Área de Educação do Governo Paralelo, já solicitou uma audiência ao Senhor Ministro da Educação do atual governo, com a finalidade de encaminhar-lhe uma cópia desta proposta. É um documento que visa contribuir, sem partidarismo e sem exclusivismo, na luta pela recuperação da educação nacional. O Brasil não pode adiar a recuperação de nossa educação, tanto quanto suas crianças não esperam para crescer.

A partir daqui a Área de Educação do Governo Paralelo começa a distribuir em todo o País este documento que visa contribuir para o debate, na perspectiva de especificar propostas e inclusive elaborar projetos de lei.

O ponto de partida da proposta de educação do Governo

Paralelo é uma concepção de política educacional como parte de um projeto de Nação. Nesta concepção, a política educacional não pode ser realizada por meio de pacotes, de leis isoladas, nem mesmo por um plano setorial, nem ser considerada como um problema interno das escolas. O que nós propomos como educação é um caminho que vise preparar o país para ser uma sociedade livre, igualitária, eficiente.

Livre para entender o mundo e participar no caminho da liberdade.

Eficiente para libertar o homem das necessidades e permitir-lhe o acesso aos bens materiais e culturais.

Igualitária para que estes bens não sejam privilégio de uma minoria.

Nesta perspectiva, elaboramos e propomos ao debate cinco metas de ação, cada uma com um conjunto de medidas integradas entre si e com uma política geral para o País.

NENHUMA CRIANÇA BRASILEIRA FORA DE ESCOLA DE QUALIDADE.

Com um cronograma rígido, o Brasil deve implantar, a partir de agora e em no máximo cinco anos, um sistema de educação que assegure matrícula, em escola pública de qualidade, a toda criança brasileira, com um acompanhamento que possibilite a todas elas a conclusão do curso básico.

De imediato, ampliação do ano letivo para 200 dias, conforme prevê o projeto da Lei de Diretrizes e Bases, e ampliação gradativa do período diário tendendo para a implantação do horário integral em todas as escolas públicas.

A execução de um programa educacional global exige o atendimento nutricional, médico, pedagógico e afetivo à totalidade da população em idade pré-escolar, cumprindo-se as normas já previstas na Constituição e ampliando-se os serviços públicos em creches. Isto pressu-

põe o apoio às famílias e o uso de todos os meios necessários, para que nenhuma criança fique excluída, por causa da pobreza, do direito, e da possibilidade de desenvolver todo seu potencial físico e intelectual.

O sistema escolar deve dispor também de todos os recursos necessários para integrar no processo educacional, através da rede pública e com atendimento especial quando necessário, de forma gratuita, todos os portadores de deficiências congênitas ou adquiridas.

Deve ser iniciado desde já um intenso programa de contratação, capacitação e treinamento de professores, em todos os níveis, utilizando-se todos os métodos educacionais disponíveis. Neste esforço devem ser envolvidas especialmente as universidades públicas. Uma prioridade deve ser dada à formação e treinamento de professores do setor de educação infantil, especialmente nas primeiras quatro séries do ensino de primeiro grau.

Definição de um plano que ofereça aos professores de todos os níveis, especialmente àqueles vinculados ao ensino do primeiro grau, remuneração suficiente para atrair os mais competentes profissionais e para assegurar toda a dignidade da função de magistério, além do tempo e do apoio para uma permanente reciclagem e constante aprimoramento dos conhecimentos e da prática pedagógica.

Em caráter emergencial deve-se implementar um programa de atração e treinamento de universitários e graduados de universidades que desejem se incorporar ao programa de recuperação da educação nacional, assegurando-lhes remuneração compatível, possibilidade de atuação na sua área de especialização e garantia do direito de retomar sua matrícula, sem qualquer prejuízo, no momento que desejar. Este programa se destinará prioritariamente ao treinamento em serviço de professores, inclusive professores leigos.

Realização de um programa nacional de construção, restau-

ração e reequipamento das escolas públicas, no que se incluem bibliotecas, equipamentos de vídeo, laboratórios, oficinas e computadores, fazendo com que o prédio escolar seja um local privilegiado entre as construções públicas do País.

Imediata reformulação dos currículos dos cursos do primeiro e do segundo grau, dentro do espírito da Lei de Diretrizes e Bases, dando flexibilidade para reformas locais que lhes assegurem eficácia, tendo em vista variáveis sócio-culturais regionais.

Implantação de um sistema de descentralização administrativa das escolas, com o envolvimento da comunidade local. Criação e implantação de sistemas locais de avaliação permanente da administração e do funcionamento pedagógico das escolas, através de conselhos constituídos pela comunidade, com a participação de discentes e docentes, com a assessoria técnica dada pelo Ministério da Educação, Secretarias Estaduais e Municipais e as Universidades Públicas.

Implantação de um sistema descentralizado de administração da alimentação e do material escolar, na perspectiva do horário integral, e com financiamentos a partir de fontes alternativas ao setor educacional, conforme prevê o projeto da Lei de Diretrizes e Bases.

Criação de uma central de identificação, apoio e divulgação de experiências pedagógicas inovativas.

Estabelecimento de uma avaliação nacional do aprendizado escolar, conduzido pelo MEC com o apoio das universidades públicas. A sua aplicação não substituirá a avaliação regular elaborada por cada escola ou professor, e servirá para aferir a eficácia educacional de cada unidade escolar e, até mesmo, de cada classe.

UMA POPULAÇÃO ALFABETIZADA

Incorporação de todos os recursos da escola em todos os níveis, do primário ao universitário, na luta contra o analfabetismo de adultos, especialmente

os adultos jovens. Apoio e envolvimento de toda a comunidade nacional neste programa de alfabetização, através do treinamento de alfabetizadores, financiamento a entidades da sociedade civil e a divulgação de novas técnicas, de forma a eliminar, até o final da década, como determina a Constituição, o analfabetismo de adultos no País.

UMA UNIVERSIDADE DE QUALIDADE E COMPROMETIDA

Reforma da universidade

a) definição de critérios de ingresso que elimine o elitismo do sistema de vestibular, respeitando um rígido compromisso com a qualidade, através da seleção dos candidatos com melhor potencial para o futuro trabalho profissional;

b) mudança na composição dos cursos, de forma a adaptá-los às exigências reais da sociedade brasileira, ampliando o papel da universidade no apoio às atividades dos demais níveis educacionais, com prioridade aos cursos para formação de professores;

c) previsão de carga horária de professores e alunos, inclusive nos semestres posteriores à formatura, em atividades vinculadas aos programas de melhoria do ensino básico, alfabetização e assistência à saúde, entre outras, nas formas compatíveis com a especificidade de cada curso;

d) ampliação da função social da universidade através da utilização do potencial físico e de pessoal, por meio da implantação de cursos noturnos normais e de cursos especiais de formação complementar, especialmente na alfabetização de adultos e de técnicos de nível médio, assim como outros cursos de interesse da população;

e) articulação da universidade pública em redes que sirvam ao aperfeiçoamento dos demais níveis educacionais, ao ensino por métodos a distância, e à avaliação educacional;

f) criação de um sistema nacional de avaliação da universidade com execução descentrali-

zada, com a participação direta da própria comunidade universitária e da sociedade em geral.

O BRASIL INTEIRO COMO UMA ESCOLA

Implantação de um programa abrangente de educação por todos os meios de comunicação, com programas de aprimoramento educacional e cultural da população, em especial dos professores.

Regulamentação de tempo diário dedicado a programas educativos e culturais nas televisões e rádios, cumprindo-se o horário de boa audiência e respeitando-se a liberdade e a criatividade de cada emissora. As geradoras serão responsáveis pela própria programação educacional e cultural, constituindo-se comissão formada por entidades civis e por educadores para avaliação do cumprimento dos objetivos a que se propõem esta programação.

Criação de uma estrutura de apoio a programas locais de ensino à distância, com o envolvimento das universidades e de todos os meios de comunicação, na formulação e execução de programas.

UM ENSINO TÉCNICO DINÂMICO E COMPROMETIDO

Transformação do atual sistema de treinamento técnico em um sistema ampliado de educação pública nacional visando a formação de recursos humanos para todos os setores da economia, com a construção de novas escolas, reformando os cursos das escolas técnicas para integrá-los à dinâmica do processo tecnológico e às necessidades sociais do País.

Uso emergencial das instalações e equipamentos ociosos em outras atividades, especialmente em universidades públicas, para o desenvolvimento imediato da formação técnica.

Esta é nossa proposta para a reconstrução da educação nacional.

A Área de Educação do Governo Paralelo concentrará seus esforços nos próximos meses na mobilização da comuni-

dade nacional para a constituição da Frente Nacional em Defesa da Educação, através da qual as propostas serão avaliadas e detalhadas e se definirão os meios para sua execução. Pretendemos que até a abertura da nova sessão legislativa, tenhamos elaborado uma proposta final que será encaminhada a todas as autoridades nacionais e ao Congresso Nacional, sob forma de projeto de lei.

Definimos como prazo para se implantar uma educação digna, o período de 10 anos. Para vencer este desafio não é possível esperar nem mais um dia. Começemos nossa mobilização em defesa da educação pelo compromisso de fazer desta campanha um esforço nacional suprapartidário, de todos os homens e todas as mulheres deste país, para todas as crianças de hoje e todas as gerações futuras.

Sabemos que este programa exige recursos adicionais àqueles que são gastos atualmente. O Brasil faz parte daqueles poucos países do mundo que menos recursos canaliza para a educação do seu povo. Gastamos apenas 3,5% de nosso Produto Interno Bruto nas atividades educacionais, enquanto os demais países gastam entre 7% e 17%. A execução do programa acima, embora necessitando um cuidadoso detalhamento técnico para viabilização de cada ponto, custaria menos do que 8% do PIB, dispondo o País de todas as condições técnicas e de infraestrutura necessárias para sua execução. Falta apenas uma vontade política, uma consciência da importância do assunto. É na busca de divulgar esta consciência e procurar formar uma vontade nacional, que o Governo Paralelo trás a público esta proposta.

Brasília, 04 de setembro de 1990

Setembro é mês de primavera e não de terror

A mobilização de bancários, petroleiros e previdenciários, cujos dissídios coincidem no mês de setembro, promete uma entrada de primavera bastante agitada para o cenário político pré-eleitoral. Com a proposta de pacto social, o Governo Collor contra-atacou, tentando envolver o movimento sindical num jogo que, seguramente, tem "maracutaia". A CUT está sendo acusada de radicalizar para tentar favorecer o PT nas eleições de outubro. O BN ouviu o sindicalista José Olivio Mirande de Oliveira, Secretário de Política Sindical da CUT. Nessa entrevista que concedeu na segunda-feira, dia 3 de setembro ele desmente as acusações do governo e mostra como a CUT pretende se comportar em relação a proposta de pacto social que está sendo discutida em Brasília por governo, empresários e sindicalistas, e que resultou na constituição de um organismo ridiculamente batizado Comitê Central.

BN - A imprensa e o governo estão acusando a CUT de estar preparando um "setembro negro" para a vida do país, com objetivos eleitorais. O que a CUT acha dessa acusação?

JO - A imprensa começou a veicular a questão do "setembro negro" depois que o delegado Romeu Tuma, superintendente da Polícia Federal, nos acusou da autoria disso. Nós achamos que essa acusação é uma tentativa de marginalizar ou criminalizar o movimento sindical. Na verdade, o que eles pretendem com isso é abrir a possibilidade de reprimir os movimentos grevistas, é apelar para uma forma autoritária de impor uma política salarial, que na prática já se mostra fracassada à medida em que se apóia apenas em arrochar salário. Todos nós sabemos que os salários não geram inflação. Nós não podemos ter uma política econômica baseada exclusivamente no congelamento dos salários e na liberação total dos preços. Nós estamos numa situação de inflação de 10% ao mês, mas com queda de salário real maior do que quando a inflação estava em torno de 50 ou 70%, e havia reposição do IPC do mês anterior.

BN - Mas essa postura não implica em quanto pior melhor, como denuncia o governo?

JO - Não. Nossa proposta é exatamente recuperar os salários e recuperar a economia, tirar a economia da recessão. É isso que orienta nossa visão sobre o mês de setembro, traduzida na campanha publicitária dos bancários: os salários desbotaram, e é preciso reflorecer os salários. Então, a idéia é associar o mês de setembro a uma época de primavera, uma época de reflorescimento. A idéia do "setembro negro" é outra coisa, está associada a terrorismo, a perspectiva de você ter uma conflagração. Se isso ocorrer será por iniciativa do governo, que é responsável pela provocação de um processo recessivo, que insiste em levar o povo à fome e à miséria. Nessa situação, você não vai ter como segurar os descamisados num processo de



Plenária Nacional da CUT, 17, 18 e 19 de agosto de 1990

busca de alimentos, de saques, como nós já vimos em outros países. É isso que a gente quer evitar com nossa proposta de recuperar o poder aquisitivo dos salários e de retomada da economia.

BN - O que a CUT pretende com a unificação das lutas das categorias que atualmente estão em dissídio?

JO - Nós pretendemos unificar todas as lutas todas essas campanhas. E nós temos uma proposta de uma campanha salarial do conjunto da classe trabalhadora. Temos um calendário para discutir essa proposta e estamos preparando um cronograma de lutas, que está publicado na resolução da Plenária Nacional.

BN - Como a CUT avalia atualmente a ação do judiciário nos conflitos trabalhistas?

JO - Nós temos dito que o TST e o judiciário trabalhista tem deixado de agir como juiz para agir como parte. Nós temos hoje no judiciário uma defesa ardorosa do plano Collor, uma defesa, portanto, do arrocho salarial. E temos dito, até, que o judiciário aderiu à ilegalidade de governar inaugurada por Collor. Essa ilegalidade se manifesta através do uso das medidas provisórias em questões que não são absolutamente urgentes. Questões que necessitariam uma ação em termos de projeto de lei, em termos de discussão com o conjunto da sociedade, exatamente para que a sociedade possa avançar discutindo aquilo que interessa para ela de forma a garantir estabilidade para o sentido que vier a dar às políticas pelas quais ela optar. O que temos visto é a tentativa de imposição de um projeto unilateral, autoritário, que desconsidera interesses dos outros setores. É um plano que já se esgotou e que agora se apoia em uma política monetária restritiva, ortodoxa, e que tem no arrocho salarial seu principal pilar de sustentação.

BN - E qual a orientação da CUT para os trabalhadores em relação ao judiciário?

JO - O judiciário tem sido um aliado do governo na implantação desse projeto. Por isso temos uma posição com relação à intervenção do judiciário. Nossa posição é investir no sentido de que as negociações trabalhistas possam ser consolidadas em contratos coletivos de trabalho. A idéia é deixar o judiciário de fora, acabar com os absurdos que se costuma assistir no país como as definições de índice de aumento por produtividade, sem qualquer perícia. Isso é coisa absolutamente fora da realidade, e nós precisamos de fato entrar na modernidade. E para isso é preciso tirar o judiciário das relações trabalhistas, da condição que ele tem hoje. Evidentemente que nós precisamos de lei, evidentemente que nós não queremos a política do tudo ou nada.

BN - Sem o judiciário, como ficam os dissídios coletivos na proposta da CUT?

JO - As últimas sentenças do TST com relação a Volta Redonda, com relação aos ferroviários, aos eletricitários servem para esclarecer a classe trabalhadora sobre a proposta da CUT de retirar o Estado, através do judiciário, dessa sua condição de juiz das relações trabalhistas. Mostram que o movimento sindical deve deixar de alimentar ilusões com relação a obter conquistas através do dissídio coletivo. Nossa recomendação, portanto, é evitar o judiciário, procurar fazer acordo diretamente com o empresário, se bem que a gente não pode garantir que o outro lado não vai procurar o judiciário.

BN - Qual a real disposição da CUT para negociar um acordo com governo e patrões?

JO - Qualquer proposta do governo que colocar a questão da livre-negociação salarial, nós lá estaremos para colocar nossa proposta, nossa pauta

Calendário de mobilização

(aprovado pela Plenária Nacional da CUT)

11/09 - Entrega da plataforma de reivindicações ao governo federal e ao Congresso nacional em Brasília com representação dos Estados, departamentos e entidades nacionais filiadas.

12/09 - Plenárias estaduais com representantes dos setores que fizeram assembleias para avaliação e encaminhamentos.

13/09 - Reunião da Executiva Nacional da CUT com representantes das plenárias estaduais, departamentos e entidades nacionais filiadas para avaliação, encaminhamentos e discussão da greve geral, processo de preparação, data, etc.

14/09 - Dia Nacional de Luta com assembleias de categorias e atos públicos unitários nas grandes cidades e regiões.

de reivindicações. Mas não iremos sentar numa mesa para discutir os problemas sociais e econômicos do país e pretender que nossos interlocutores cheguem a algum acordo conosco. Se o governo tem proposta ela deve ser apresentada e nós, como representantes da classe trabalhadora apresentaremos estas propostas às assembleias, faremos um amplo processo de discussão com a classe trabalhadora, para que a própria classe que já é madura, organizada, diga o que acha dessa proposta.

BN - Com essa disposição da CUT de sentar para ouvir, você acha possível sair algum tipo de entendimento?

JO - Não temos nenhuma ilusão quanto à possibilidade de assinarmos qualquer tipo de pacto, qualquer tipo de acordo com o governo. É um governo que só tem feito até agora atacar os salários, atacar a organização sindical. Uma política anti-sindical, uma política de governar através de medidas provisórias, uma política que a gente pode chamar de "sultanismo" de Collor, uma política de sultão, uma política de imperador, esse tipo de política procura sempre a submissão à sua proposta. Se ele vier aberto para a negociação propriamente dita, que implica em considerar a proposta da outra parte, poderá haver progresso na negociações. Mas isso não corresponde ao pessoal do governo que nós temos aí.

BN - Essa avaliação implica numa atitude passiva ou a CUT pretende levar propostas às discussões com o governo?

JO - Independente dessa nossa avaliação nós estaremos presentes entregando nossa pauta de reivindicações aprovada pela Plenária Nacional. Os principais pontos dessa pauta são: contrato de trabalho, reposição das perdas, estabilidade de emprego, melhoria dos serviços públicos.